

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
4 - NIRE 33.3.0028205-0		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Avenida das Américas, 3434				2 - BAIRRO OU DISTRITO Barra da Tijuca	
3 - CEP 22640-102		4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			5 - UF RJ
6 - DDD 21	7 - TELEFONE 2433-9700	8 - TELEFONE 2433-9749	9 - TELEFONE 2433-9749	10 - TELEX 0000000	
11 - DDD 21	12 - FAX 2433-9745	13 - FAX 2433-9745	14 - FAX 2433-9745		
15 - E-MAIL ri@estacioparticipacoes.com					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Lorival Nogueira Luz Júnior					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Av. das Américas, 3434				Barra da Tijuca	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO			6 - UF
22640-102		Rio de Janeiro			RJ
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
21	2433-9700	2433-9749	2433-9749	0000000	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
21	2433-9745	2433-9745	2433-9745		
16 - E-MAIL					
ri@estacioparticipacoes.com					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2008	31/12/2008	2	01/04/2008	30/06/2008	1	01/01/2008	31/03/2008
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes SS					10 - CÓDIGO CVM 00471-5		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Fernando Alberto S. de Magalhães					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 054.835.508-89		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2008	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2008	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	161.918	161.918	150.000
2 - Preferenciais	73.837	73.837	50.000
3 - Total	235.755	235.755	200.000
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Nacional Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1380 - Educação
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Participação em sociedades de ensino superior
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
14/07/2008	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2008	4 - 31/03/2008
1	Ativo Total	461.923	471.918
1.01	Ativo Circulante	185.751	203.683
1.01.01	Disponibilidades	178.144	198.664
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	15.963	10.556
1.01.01.02	Investimentos de Curto Prazo	162.181	188.108
1.01.02	Créditos	3.712	3.607
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	3.712	3.607
1.01.02.02.01	Partes Relacionadas	3.712	3.607
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	3.895	1.412
1.02	Ativo Não Circulante	276.172	268.235
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.339	19.052
1.02.01.01	Créditos Diversos	23.297	19.052
1.02.01.01.01	Adto para Futuro Aumento de Capital	23.297	19.052
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	2.042	0
1.02.02	Ativo Permanente	250.833	249.183
1.02.02.01	Investimentos	250.833	249.183
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	200.932	197.541
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	49.901	51.642
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.01.06	Deságio	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	0	0
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2008	4 - 31/03/2008
2	Passivo Total	461.923	471.918
2.01	Passivo Circulante	2.745	15.958
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	566	1.650
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1.373	600
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	13.658
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	729	0
2.01.08	Outros	77	50
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	77	50
2.02	Passivo Não Circulante	17.400	17.850
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	17.400	17.850
2.02.02.01	Adiantamento de Convênio	17.400	17.850
2.04	Patrimônio Líquido	441.778	438.110
2.04.01	Capital Social Realizado	295.237	295.237
2.04.02	Reservas de Capital	96.482	96.482
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	13.657	13.657
2.04.04.01	Legal	1.365	1.365
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	12.292	12.292
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	36.402	32.734
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 30/06/2008	4 - 01/01/2008 a 30/06/2008	5 - 01/04/2007 a 30/06/2007	6 - 01/01/2007 a 30/06/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	4.291	37.535	3.072	3.072
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(3.137)	(6.074)	(42)	(42)
3.06.03	Financeiras	5.322	10.278	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	5.326	10.294	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(4)	(16)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	456	606	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.741)	(3.481)	0	0
3.06.05.01	Amortização de Ágio	(1.741)	(3.481)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	3.391	36.206	3.114	3.114
3.07	Resultado Operacional	4.291	37.535	3.072	3.072
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	(1.675)	(1.675)
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	(1.675)	(1.675)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	4.291	37.535	1.397	1.397
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(623)	(1.133)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	3.668	36.402	1.397	1.397

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 30/06/2008	4 - 01/01/2008 a 30/06/2008	5 - 01/04/2007 a 30/06/2007	6 - 01/01/2007 a 30/06/2007
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	235.755	235.755	200.000	200.000
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,01556	0,15441	0,00698	0,00698
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil e no exterior.

Na mesma data de sua constituição, os acionistas aprovaram o aumento do seu capital mediante emissão de 299.999.000 ações ordinárias e 100.000.000 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, as quais foram inteiramente subscritas e integralizadas mediante conferência do investimento devido por cada acionista da Estácio Participações S.A em quotas do capital social das seguintes entidades: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES") e das Mantenedoras Sociedade de Ensino Superior do Pará Ltda. ("SESPA"), Sociedade de Ensino Superior do Ceará Ltda. ("SESCE"), Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco Ltda. ("SESPE") e Sociedade Tecnopolitana da Bahia Ltda. ("STB"), todos suportados nos laudos preparados por empresa especializada, no montante total de R\$ 27.072.

Em 21 de junho de 2007, foi aprovado o grupamento das ações representativas do capital social da Companhia na proporção de 2 (duas) ações para 1 (uma) ação da respectiva espécie e classe, de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 26 julho de 2007, a Companhia obteve junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, seu registro para negociação das ações representativas de seu Capital Social na Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa").

Em 27 de julho de 2007, a Companhia anunciou o início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósitos de Ações (*Units*) de sua emissão. Foram emitidas 11.918.400 *Units*, totalmente subscritas por novos acionistas. Os acionistas João Uchôa Cavalcanti Neto, Marcel Cléofas Uchoa, André Cléofas Uchoa e Cléofas Uchôa alienaram 7.945.600 *Units* representativas cada uma de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais da Companhia, também totalmente adquiridas por novos acionistas. As *Units* ofertadas foram negociadas ao preço de R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) por ação. O valor de venda da oferta primária de ações foi de R\$ 268.164, que resultou no ingresso de R\$ 255.083 ao caixa da Companhia.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional--Continuação

Em 03 de setembro de 2007, quando da liquidação financeira da operação, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas correspondentes a 100% do capital social das sociedades Irep Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP") e Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda. ("CURITIBA"), sociedades que compõem o Centro Universitário Radial. O custo total de aquisição foi de R\$ 54.113, tendo sido o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças firmado em 20 de agosto de 2007. Adicionalmente, a Companhia reconheceu a liquidez, a certeza e exigibilidade do direito de crédito que os Vendedores possuíam perante a IREP no valor de R\$ 5.152 à título de dividendos a receber, liquidado em 30 de janeiro de 2008 e no valor, ainda a pagar, de R\$ 550.

Em 29 de fevereiro de 2008, a Companhia, através da sua controlada IREP, adquiriu a totalidade das quotas do capital social (i) da Sociedade Interlagos de Educação e Cultura S/S Ltda., mantenedora da Faculdade Interlagos (Fintec) pelo valor total de R\$ 6.295; (ii) da Sociedade Abaeté de Educação e Cultura Ltda., sociedade controladora do Instituto Euro-Latino-Americano de Cultura e Tecnologia Ltda., mantenedor da Faculdade European, pelo valor total de R\$ 8.352; e (iii) da Faculdade Brasília de São Paulo Ltda., pelo valor total de R\$ 2.235, tendo ocorrido, naquela data, a liquidação financeira dessas aquisições, sendo parte através de assunção de dívidas (as quais totalizam R\$ 3.818).

Em 03 de junho de 2008, a Companhia, através da sua controlada IREP, adquiriu a totalidade das quotas do capital social da União Cultural e Educacional Magister Ltda. - Unicem, pelo valor total de R\$ 4.244.

2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais - ITR

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são de responsabilidade da Administração da Sociedade e foram elaboradas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469.

A autorização para a conclusão da preparação destas informações trimestrais ocorreu na reunião de diretoria realizada em 05 de agosto de 2008.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais - ITR--
Continuação**

Em 28 de dezembro de 2007 foi sancionada a Lei nº 11.638 que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e à Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976. O principal objetivo dessas alterações e introduções é a de atualizar a legislação societária brasileira para permitir a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as práticas internacionais de contabilidade definidas pelas normas emitidas pelo *"International Accounting Standards Board – IASB"*.

Os requerimentos dessa Lei aplicam-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2008. Esses requisitos não se enquadram como mudanças de circunstâncias ou de estimativas e, portanto, a adoção de novas práticas introduzidas pela Lei 11.638/07 deve ser, como regra geral, demonstrada retrospectivamente, ou seja, mediante a aplicação dessas novas práticas contábeis como se essas práticas estivessem em uso durante todos os períodos apresentados, observando-se a norma que trata de "Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros", aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Deliberação nº 506.

Dessa forma, as mudanças de práticas contábeis são registradas nos livros contábeis como ajustes de exercícios anteriores, todavia o seu impacto é alocado a cada uma dos períodos apresentados. No caso específico da Companhia, em que as demonstrações financeiras do exercício que se finda em 31 de dezembro de 2008 serão apresentadas de forma comparativa com os valores de 2007, os ajustes serão demonstrados aos saldos iniciais (1 de janeiro de 2007), de forma que os dois exercícios serão apresentados observando-se as mesmas práticas contábeis.

Em 2 de maio de 2008, a CVM emitiu a Instrução nº 469 que normatizou parcialmente a Lei nº 11.638/07, estabelecendo os requisitos mínimos a serem observados na apresentação das informações trimestrais (ITR) durante 2008. Essa Instrução, mediante certas condições, facultou como opção, a adoção integral dos dispositivos da referida Lei. A Administração da Companhia não optou por essa alternativa e, dessa forma, aplicou a Lei nº 11.638/07 na extensão mínima requerida pela Instrução CVM nº 469 na apresentação das suas ITR durante 2008.

Dentre as principais alterações nas normas contábeis introduzidas pela referida Lei, estão sendo destacados abaixo aquelas que, numa análise preliminar efetuada pela Administração, podem vir a impactar, de forma relevante, as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas do exercício que se finda em 31 de dezembro de 2008:

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais - ITR--
Continuação

- Análise da recuperabilidade dos ativos imobilizado, intangível e diferido conforme estabelecido pelo Pronunciamento 01 do CPC, aprovado pela Deliberação CVM nº 527. Estão sendo preparados laudos de avaliação do ativo imobilizado, intangível e diferido conforme requerido pela Deliberação CVM nº 527. Estudos preliminares não apresentaram indicações de efeitos relevantes na aplicação desse normativo.
- Remuneração de Diretores e empregados com base em ações. Conforme mencionado na Nota 20, em 15 de julho de 2008, foi aprovado o Plano de outorga de opções de compra de ações aos administradores e principais executivos. Este assunto ainda não foi normatizado pela CVM e por se tratar de evento subsequente a apresentação das informações trimestrais de 30 de junho de 2008, o referido plano não tem efeito sobre as demonstrações financeiras do período corrente.
- Arrendamento Mercantil de bens utilizados na manutenção dos negócios. Conforme mencionado na Nota 8, a Companhia possui aproximadamente 280 contratos de arrendamento mercantil, do tipo financeiro, que de acordo com o item IV do artigo 179 da lei das SAs, alterado pela Lei 11.638/07 passam a ser elegíveis e classificados como ativo imobilizado depreciable, registrando-se a obrigação existente, enquanto anteriormente, o registro se dava pelo pagamento das contra prestações que eram contabilizadas como despesas de aluguel. O saldos ajustados e o efeito esperado no resultado, decorrente dessa mudança é assim resumido:

	31/03/2008	30/06/2008
Ativo:		
Imobilizado - leasing	2.354	1.201
Passivo:		
Arrendamento a pagar	5.214	4.047
Resultado:		
Despesa de depreciação	(676)	(382)
Despesa de juros	(480)	(355)
Despesa de leasing	918	751
Total	(238)	14

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais - ITR--
Continuação

Adicionalmente, a Companhia possui aproximadamente 60 contratos de arrendamento de imóveis e terrenos, para os quais foram contratados profissionais especializados, a fim de avaliar o valor de mercado dos ativos e, desta forma, concluir sobre o tipo de arrendamento o qual se enquadra os respectivos contratos (operacional e financeiro). Em função do assunto não ter sido normatizado pela CVM, a Companhia está analisando tais contratos com base nos conceitos emanados pelo IASB, através do *International Accounting Standard* - IAS 17 e *International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC 4.

O valor das despesas mensais com arrendamento de imóveis e terrenos é de aproximadamente R\$ 6,5 milhões.

O efeito demonstrado no quadro acima e os eventuais impactos decorrentes da mudança de classificação dos arrendamentos de imóveis e terrenos, de operacional para financeiro, estarão refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, comparativamente ao exercício anterior, conforme facultado pela CVM.

- Os ativos e passivos de longo prazo devem ser ajustados pelo seu valor presente (AVP). Os demais saldos devem ser ajustados ao seu valor presente, apenas quando houver efeito relevante nas demonstrações financeiras. Para os ativos e passivos de longo prazo estudos preliminares não apresentam diferenças significativas e a Administração da Companhia entende que a referida mudança não deverá causar impacto significativo nas demonstrações financeiras para o exercício que se finda em 31 de dezembro de 2008.
- Nas operações relacionadas à combinação de negócios realizadas entres partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada, ou decorrente de fusão ou cisão, serão contabilizados pelo valor de mercado. A Companhia está analisando a amortização do saldo remanescente do ágio de R\$ 49.901 em 30 de junho de 2008 (R\$ 51.642 em 31 de março de 2008). Neste trimestre, houve amortização de ágio no montante de R\$ 1.741 (R\$ 1.740 em 31 de março de 2008). Adicionalmente houve novas aquisições de companhias, conforme divulgado na nota explicativa 1, cujo ágio em 30 de junho de 2008 é de R\$ 20.082 (R\$ 16.451 em 31 de março de 2008).

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais - ITR--
Continuação

A Administração da Companhia está efetuando uma análise detalhada para identificar e mensurar a valor de mercado os ativos e passivos decorrentes desta aquisição.

- Criação de novo subgrupo de contas, intangível, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Os principais efeitos da aplicação da Lei nº 11.638/07 identificados referem-se a reclassificações entre itens do Ativo Permanente decorrentes da criação do subgrupo de contas Intangível para registrar os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, e da revisão dos itens classificáveis no Diferido e serão registradas nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 2008. Os efeitos das reclassificações nos saldos das contas do Ativo Permanente encontram-se descritos e quantificados a seguir em 30 de junho e 31 de março de 2008:

Conta	Saldos em 30/06/2008			Saldos em 31/03/2008		
	Antes das reclassificações	Valores	Após as reclassificações	Antes das reclassificações	Valores	Após as reclassificações
Investimento (a)	69.983	(69.983)	-	68.093	(68.093)	-
Imobilizado (b)	171.727	(6.366)	165.361	174.226	(6.441)	167.785
Intangível	-	76.349	76.349	-	74.534	74.534
	241.710	-	241.710	242.319	-	242.319

- (a) Reclassificação do ágio oriundo da aquisição de empresas atualmente classificados como investimentos para o intangível
- (b) Reclassificação de direitos de utilização de softwares atualmente registrados no imobilizado para o intangível no montante de R\$ 6.366 (R\$ 6.441 em 31 de março)

Encontra-se em processo de emissão, o pronunciamento técnico CPC – 04 Ativos Intangíveis. Este pronunciamento entre outras medidas determina a cessação da amortização dos ágios pagos na aquisição de investimentos, em decorrência de expectativa de rentabilidade futura, os quais, deverão ser testados anualmente objetivando confirmar que são recuperáveis e reduzidos ao valor recuperável mediante o registro de uma provisão se necessário. Caso este pronunciamento se torne obrigatório para aplicação no exercício a encerrar-se em dezembro de 2008, o resultado do período findo em 30 de junho de 2008 e o patrimônio líquido da Companhia serão aumentados em R\$ 4.158 em decorrência da não amortização dos ágios existentes.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais - ITR--
Continuação

- Modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional: A Companhia pretende desenvolver estudos mais detalhados, permitindo assim uma adequada contabilização e divulgação do assunto.
- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA no conjunto das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia irá apresentar a referida demonstração de valor adicionado quando da preparação das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2008.
- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação dessa introdução em sua estrutura de controles internos para melhor definir a prática a ser adotada.

As demais alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 não deverão provocar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 ou não são aplicáveis, a saber:

- As aplicações financeiras são basicamente provenientes de sobras de caixa que são aplicados em um único fundo exclusivo, cujos ativos são consolidados às demonstrações financeiras da Companhia. A carteira do fundo exclusivo é composta basicamente de títulos vencíveis há mais de 90 dias. Em 30 de junho de 2008, os títulos do fundo estavam classificados na categoria de ativos para negociação, que estão registrados pelo valor de mercado, onde os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Assim sendo, a alteração na norma contábil não deve apresentar efeitos relevantes no fim do exercício e nos trimestres apresentados.
- Reavaliações do ativo imobilizado – Estão proibidas novas reavaliações do ativo imobilizado. A Companhia não possui reavaliação dos seus ativos, logo não será impactada por essa alteração.
- De forma similar, as mudanças havidas na Instrução CVM 247 que trata dos investimentos em coligadas também não deve provocar qualquer efeito, uma vez que os investimentos mantidos pela Companhia são em empresas controladas que continuam a ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais - ITR--
Continuação

- Revogação da possibilidade de registrar incentivos fiscais diretamente como reserva de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que os incentivos fiscais (ProUni) passarão a ser registrados no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, para reserva de lucros (artigo 195-A da Lei nº. 11.638). A reserva de capital, nas demonstrações financeiras consolidadas, já é registrada no resultado do período (imposto de renda e contribuição social), conforme facultado pela CVM e detalhado na Nota 15. Como se pode verificar, os valores não devem afetar a posição patrimonial e financeira quando vierem a ser registrados pela nova prática contábil.
- A Companhia já divulgava como informação suplementar a Demonstração dos Fluxos de Caixa, portanto, a mudança na Lei tornando-a obrigatória não provoca qualquer efeito em relação ao que a Companhia já vinha divulgando.

O processo de elaboração das informações trimestrais envolve a utilização de estimativas. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação e outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data das Informações Trimestrais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Tendo em vista que a Companhia foi constituída em 31 de março de 2007, não estão sendo apresentadas as demonstrações dos resultados, controladora e consolidado, relativas ao trimestre findo naquela data.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais – ITR--Continuação

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

(a) Disponibilidades, aplicações financeiras e investimentos de curto prazo

As aplicações financeiras com vencimento não superior a 90 dias da data do balanço são classificadas como disponibilidades e estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço. Os investimentos de curto prazo em títulos de renda fixa, renda variável, títulos públicos e Certificados de Depósitos Bancários – CDB, referem-se a aplicações financeiras resgatáveis em prazo superior a 90 dias da data do balanço e são representados por títulos adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, classificados como títulos disponíveis para negociação. Tais investimentos são avaliados e contabilizados pelo valor de mercado determinado com base em cotações ou estimativas, sendo os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos no resultado.

(b) Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após a data do balanço. Os serviços faturados, e ainda não prestados na data do balanço, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e serão reconhecidos ao respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

As contas a receber - Sistema FIES, estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos com a Caixa Econômica Federal - CEF, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos empregados da Companhia.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais – ITR--Continuação

(d) Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e são eliminados no processo de consolidação. Os demais investimentos permanentes estão avaliados ao custo de aquisição. O ágio registrado na aquisição de participação acionária está sendo amortizado no prazo e na extensão das projeções de resultados que o determinaram.

(e) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, está calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens.

Os bens adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil (leasing) têm a parcela do seu valor residual garantido (VRG) capitalizado diretamente em conta de bens de arrendamento mercantil – grupamento do ativo imobilizado – e, após a liquidação desses contratos (normalmente de 36 meses), tais montantes são transferidos para as contas definitivas do ativo imobilizado, iniciando o processo de depreciação pelo prazo remanescente de vida útil-econômica dos bens. A parcela mensal (deduzido o VRG conforme acima) relativa ao leasing não é capitalizada, sendo lançada diretamente no resultado.

(f) Diferido

Compreende os gastos incorridos com projetos especiais, que são amortizados por um período de até 5 anos a partir da data em que os benefícios começam a ser gerados.

(g) Empréstimos e financiamentos

Estão apresentados pelo valor do principal, acrescido dos encargos financeiros incorridos “pro rata temporis” até a data-base das Informações Trimestrais, conforme os termos definidos contratualmente.

(h) Provisão para contingências

Constituída com base na estimativa da Administração da Companhia, em montantes considerados suficientes para cobrir prováveis perdas em processos judiciais, suportada por opinião dos seus consultores jurídicos internos e externos.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais – ITR--Continuação

(i) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração quanto ao risco envolvido.

(j) Resultado de exercícios futuros

Refere-se às receitas antecipadas pelo convênio de reciprocidade bancária, apropriadas ao resultado do período de acordo com o prazo de vigência do contrato.

(k) Tributação

Em 30 de setembro de 2005, as Mantenedoras SESPA, SESCE, SESPE e STB alteraram, sua forma jurídica de sociedade sem fins lucrativos para sociedade empresária, sujeitando-se assim, à carga tributária devida por uma sociedade comercial. A SESES foi considerada sem fins lucrativos e de caráter filantrópico até 9 de fevereiro de 2007, quando também alterou sua forma jurídica para sociedade empresária, gozando, até essa data, nos termos dos artigos 150 - inciso VI, letra C - e 195 - parágrafo 7º - da Constituição Federal e dos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/1997, de imunidade e isenção tributária, por ser reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual através do Decreto nº 86.072 de 4 de junho de 1981 e da Lei nº 2.536, de 3 de janeiro de 1975, respectivamente. A IREP e a CURITIBA são sociedades que já foram constituídas sob forma jurídica de uma sociedade comercial.

Todavia, por já terem aderido anteriormente ao Programa Universidade para Todos ("PROUNI"), conforme disposto na Lei nº 11.096/2005 regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456, de 5 de outubro de 2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004, a SESES, as Mantenedoras, bem como a IREP e a CURITIBA, gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais - ITR--Continuação

(k) Tributação--Continuação

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS"), instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 e fevereiro de 2007, respectivamente, para as Mantenedoras e para a SESES:

- (i) perda do gozo da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS"); e
- (ii) perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano).

As empresas adquiridas no trimestre de 2008, detalhadas na Nota 1, são sociedades empresárias aderentes ao "PROUNI", estando portanto, sujeitas a mesma carga tributária das mantenedoras e da SESES.

A Sociedade Interlagos de Educação e Cultura S/S Ltda. aderiu ao Parcelamento Excepcional (PAEX) em relação aos débitos previdenciários compreendidos entre as competências de junho de 1998 a dezembro de 2005, cujo valor acrescido de multas e juros somam aproximadamente R\$ 2.500.

IRPJ e CSLL

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de capital. Anteriormente àquelas datas, as Mantenedoras e a SESES, enquanto sociedades sem fins lucrativos, estavam isentas do recolhimento desses tributos.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais - ITR--Continuação

(k) Tributação--Continuação

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS à 7,6%.

3 Princípios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Participação no capital
SESES	100%
SESPA	100%
SESCE	100%
SESPE	100%
STB	100%
IREP	100%
CURITBA	100%(*)
FINTEC	100% (**)
EUROPAN	100% (**)
Faculdade de Brasília	100% (**)
UNICEM	100% (**)

(*) 98% diretamente e 2% através da IREP.

(**) indiretamente através da IREP

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia, através da sua controlada IREP, adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Sociedade Interlagos de Educação e Cultura S/S Ltda. (FINTEC), da Sociedade Abaeté de Educação e Cultura Ltda. (EUROPAN), da Faculdade Brasília de São Paulo Ltda. (Faculdade de Brasília) e da União Cultural e Educacional Magister Ltda. (UNICEM).

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no trimestre anterior.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3 Princípios de consolidação--Continuação

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das sociedades consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas.

4 Disponibilidades e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2008	31/3/2008	30/6/2008	31/3/2008
Disponibilidade:				
Caixa e bancos	98	808	31.662	44.730
Aplicações financeiras	15.865	9.748	20.077	12.995
	15.963	10.556	51.739	57.725
Investimentos de curto prazo:				
Títulos Públicos Federais (LFT)	60.383	89.498	76.136	103.284
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	38.868	9.242	49.008	10.666
Debêntures de Instituições Financeiras	62.930	89.368	79.346	103.133
	162.181	188.108	204.490	217.083
Total	178.144	198.664	256.229	274.808

Os investimentos de curto prazo são realizados no Fundo de Investimento de Renda Fixa de Crédito Privado (Fundo Exclusivo) denominado ESTARPART, administrado pelo UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM. O referido fundo é composto por Títulos Públicos Federais (33,91%), Certificados de Depósito Bancário - CDB (21,83%), Debêntures de Instituições Financeiras (35,34%) e operações compromissadas (8,91%), remunerados a taxas que variam entre 100,70% e 101,40% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O Fundo de Investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência. Em 30 de junho de 2008, a taxa do CDI era de 12,09% a.a.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10
---	---------------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. Contas a receber

	Consolidado	
	30/06/2008	31/03/2008
Mensalidades de alunos	225.841	200.437
Cheques a receber	18.683	17.269
Créditos a identificar	(4.324)	(3.924)
Provisão para devedores duvidosos	(136.148)	(124.002)
	<u>104.051</u>	<u>89.780</u>

A composição, por idade dos valores a receber, é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30/6/2008	%	31/3/2008	%
A vencer	16.115	7%	32.385	15%
Vencidas até 30 dias	21.323	9%	24.487	11%
Vencidas de 31 a 60 dias	20.335	8%	15.454	7%
Vencidas de 61 a 90 dias	19.329	7%	4.262	2%
Vencidas de 91 a 179 dias	31.274	13%	17.116	8%
Vencidas há mais de 180 dias	<u>136.148</u>	<u>56%</u>	<u>124.002</u>	<u>57%</u>
	<u>244.524</u>	<u>100%</u>	<u>217.706</u>	<u>100%</u>

As mensalidades recebidas antecipadamente, nos montantes de R\$ 31.664 e R\$ 30.997 em 30 de junho de 2008 e 31 de março de 2008, respectivamente, são apropriadas ao resultado considerando o período de sua competência.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 Saldos e transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em condições contratadas pelas partes e descritas a seguir:

Natureza da transação	Controladora		Consolidado		Indexação
	30/6/2008	31/3/2008	30/6/2008	31/3/2008	
Ativo circulante					
Sociedades ligadas (1)					
SESSE			5.455	5.217	CDI + 3,66% a.a.
SESAL			3.935	3.727	CDI + 3,66% a.a.
UNEC			3.318	3.180	CDI + 3,66% a.a.
SESAP			2.369	2.259	CDI + 3,66% a.a.
			<u>15.077</u>	<u>14.383</u>	
Sociedades controladas					
IREP	2.652	2.576			12,00% a.a.
RADIAL	1.060	1.031			12,00% a.a.
	<u>3.712</u>	<u>3.607</u>			
Passivo circulante					
Sociedades controladas					
SESES	505				
IREP	224				
	<u>729</u>				
Aluguéis a pagar a acionistas (2)			<u>-</u>	<u>3</u>	
Fornecedores			<u>47</u>	<u>1</u>	
Resultado					
Receitas financeiras					
Mútuo com controladas e sociedades ligadas	<u>105</u>	<u>60</u>	<u>519</u>	<u>476</u>	
Despesas gerais e administrativas					
Aluguéis (2)			11	24	
Serviços diversos (3)			170	359	
			<u>181</u>	<u>383</u>	

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

- (1) Os acionistas controladores detêm também a totalidade das quotas das seguintes sociedades mantenedoras de instituições de ensino superior: (i) Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda. ("SESSE"), mantenedora da Faculdade de Sergipe – FASE; (ii) Sociedade de Ensino Superior de Alagoas S/C Ltda. ("SESAL"), mantenedora da Faculdade de Alagoas – FAL; (iii) União Nacional de Educação e Cultura – UNEC, mantenedora da Faculdade Câmara Cascudo, no Estado do Rio Grande de Norte; e (iv) Sociedade de Ensino Superior do Amapá Ltda. ("SESAP"), mantenedora da Faculdade do Amapá – FAMAP. Em 2007 foram realizados contratos de mútuos entre essas sociedades mantenedoras de ensino superior e as sociedades integrantes das informações contábeis consolidadas, com vencimentos em 1 de setembro de 2008.
- (2) Foram celebrados contratos anuais de aluguéis de 12 imóveis de propriedade do sócio João Uchôa Cavalcanti Netto, dos quais 8 eram salas comerciais utilizadas pela Administração, 3 eram lojas utilizados como área da SESES e 1 apartamento usado por um funcionário transferido para o Rio de Janeiro. Em novembro/2007, foram rescindidos os contratos de aluguéis de 3 salas comerciais. Os contratos de aluguéis das demais salas comerciais foram rescindidos em janeiro/2008.
- (3) Outras operações realizadas com partes relacionadas:
 - (a) Em 7 de janeiro de 2008, a SESES firmou contrato de patrocínio com a Estácio de Sá Futebol Clube Ltda., com vigência de 12 meses. O valor total deste contrato de patrocínio é de R\$ 1.430.
 - (b) Certas despesas incorridas pelo departamento de administração geral (Financeiro, Jurídico e Operações) da SESES atribuídas, em parte minoritária, as sociedades não consolidadas (SESSE, SESAL, UNEC, SESAP) foram registradas na SESES. A partir do mês de abril de 2007, tais despesas passaram a ser debitadas diretamente às sociedades mantenedoras, por critérios técnicos de rateio entre tais sociedades, o qual totalizou R\$ 315 no trimestre findo em 30 de junho de 2008 (R\$ 161 em 31 de março de 2008). Conforme descrito na Nota 18, a Companhia já assinou o memorando de entendimento para aquisição destas sociedades.
 - (c) Em 04 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria ("Contrato") com a Marone Consultoria e Participações Ltda. ("Marone"), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 1,74% das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 04 de junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços mensais que serão prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$ 14.000, composta da seguinte forma: R\$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 06 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: Sociedade de Ensino Superior do Amapá Ltda., Sociedade de Ensino Superior de Alagoas Ltda., Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda., União Nacional de Educação e Cultura Ltda., Asociación de Enseñanza Superior de Las Américas (AESAs) e Sociedad de Enseñanza Superior S.A. (SESSA), cujos controles societários deverão ser transferidos para a Companhia, conforme termos e condições estabelecidos no Memorando de Entendimentos firmado, em 07 de abril de 2007, com os controladores dessas Sociedades, entre os quais os Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, cuja celebração já foi devidamente divulgada ao mercado e está descrita na Nota 18..

O Contrato poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer uma das Partes, mediante o envio de notificação a outra Parte, com antecedência de 60 (sessenta) dias, devendo ser observado, nessa hipótese todas as implicações previstas no Contrato, entre as quais a obrigação de pagamento de indenização à Marone, em parcela única devidamente atualizada pela variação do IGP-M/FGV, no valor correspondente à soma das parcelas devidas até o final do contrato, em caso de rescisão por iniciativa da Companhia. Caso o contrato seja rescindido, de forma antecipada, por parte da Marone, não cabe a esta qualquer pagamento indenizatório à Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria.

6 Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No primeiro semestre de 2008, a Estácio Participações S.A. transferiu recursos para a Irep no valor de R\$ 23.297 (31 de março de 2008 – R\$ 19.052), como forma de adiantamento para futuro aumento de capital.

7 Investimentos em controladas

(a) Movimentação dos investimentos e ágios (controladora)

	Saldos em 31/3/2008	Adições	Equivalência patrimonial / amortização	Saldos em 30/6/2008
Investimento				
SESES	128.386		(4.190)	124.196
SESPA	9.051		1.470	10.521
SESCE	23.668		4.388	28.056
SESPE	10.359		1.494	11.853
STB	26.431		808	27.239
IREP	(621)		(726)	(1.347)
CURITIBA	267		147	414
	197.541	-	3.391	200.932
Ágio				
IREP	45.473		(1.533)	43.940
CURITIBA	6.169		(208)	5.961
	51.642	-	(1.741)	49.901
Total	249.183	-	1.650	250.833

Em 03 de setembro de 2007, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas correspondentes a 100% do capital social da IREP e da CURITIBA, sociedades que compõem o Centro Universitário Radial. O custo total de aquisição foi de R\$ 54.113, tendo sido o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças firmado em 20 de agosto de 2007.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10
---	---------------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Investimentos em controladas--Continuação

(a) Movimentação dos investimentos e ágios (controladora)—Continuação

No momento da aquisição destes investimentos, na data-base de 31 de agosto de 2007, o patrimônio líquido das investidas estava negativo. Sendo assim, o saldo inicial da equivalência patrimonial apurado foi negativo, com o ágio representando a diferença entre esse resultado e o custo de aquisição. Com isso, foi apurado ágio no valor total de R\$ 55.703 com o fundamento econômico decorrente de expectativa de rentabilidade futura, conforme Laudo de Avaliação Econômico-Financeira emitido por empresa especializada, a ser amortizado no prazo de até 8 anos.

(b) Movimentação dos ágios (consolidada)

	Saldos em 31/03/2008	Adições	Equivalência patrimonial / amortização	Saldos em 30/06/2008
Ágio				
IREP	45.473		(1.533)	43.940
CURITIBA	6.169		(208)	5.961
FINTEC	6.313	(100)	(194)	6.019
EUROPAN/ABAETÉ	7.763	634	(420)	7.977
FACULDADE DE BRASÍLIA	2.375	157	(63)	2.469
UNICEM		3.617		3.617
	68.093	4.308	(2.418)	69.983

Em 29 de fevereiro de 2008, a Companhia, através da sua controlada IREP, adquiriu a totalidade das quotas do capital social (i) da Sociedade Interlagos de Educação e Cultura S/S Ltda., mantenedora da Faculdade Interlagos (Fintec) pelo valor total de R\$ 6.295; (ii) da Sociedade Abaeté de Educação e Cultura Ltda., sociedade controladora do Instituto Euro-Latino-Americano de Cultura e Tecnologia Ltda., mantenedora da Faculdade Europan, pelo valor total de R\$ 8.352; e (iii) da Faculdade Brasília de São Paulo Ltda., pelo valor total de R\$ 2.235. Como resultado desta transação, foi registrado ágio nestas sociedades no valor total de R\$ 16.451.

Em 03 de junho de 2008, a Companhia, através da sua controlada IREP, adquiriu a totalidade das quotas do capital social da União Cultural e Educacional Magister Ltda. - Unicem, pelo valor total de R\$ 4.244. Como resultado desta transação, foi registrado ágio nestas sociedades no valor total de R\$ 3.617.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Investimentos em controladas--Continuação

(b) Movimentação dos ágios (consolidada)—Continuação

Os ágios apurados na referida aquisição possuem fundamento econômico decorrente de expectativa de rentabilidade futura, conforme Laudos de Avaliação Econômico-Financeira emitido por empresa especializada, e serão amortizados no prazo de até 08, 10 e 05 anos, respectivamente.

(c) Informações sobre as sociedades controladas

	SESES	SESPA	SESCE	SESPE	STB	IREF	CURITIBA	
Participação no capital	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Quantidade de quotas detidas	12.113.000	964.400	6.897.000	3.727.000	3.371.000	12.431	248.134	
Capital social integralizado	12.113	964	6.897	3.727	3.371	1.958	253	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	124.196	10.521	28.056	11.853	27.239	(1.347)	414	
Saldo reserva de capital - PROUNI	4.584	791	3.673	1.334	1.746	368	263	
Constituição reserva no trimestre								
30 de junho de 2008	(931)	488	1.436	500	270	(200)	47	
31 de março de 2008	5.515	303	2.237	834	1.476	568	216	
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre								
30 de junho de 2008	(4.190)	1.470	4.388	1.494	809	(725)	146	
31 de março de 2008	16.755	691	7.532	1.906	6.667	(1.077)	(78)	
Investimento total (inclui ágio):								TOTAL
30 de junho de 2008	124.196	10.521	28.056	11.853	27.239	42.593	6.375	250.833
31 de março de 2008	128.386	9.051	23.668	10.359	26.431	44.852	6.436	249.183

O resultado de equivalência patrimonial registrado pela controladora é composto por uma parcela proporcional decorrente da contabilização do incentivo fiscal relativo ao PROUNI registrado nas controladas no resultado do período, conforme estabelecido pela Lei 11.638 no montante de R\$ 1.610 no segundo trimestre de 2008 e de R\$ 12.759 até 30 de junho de 2008.

As informações contábeis utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram as relativas à data-base 30 de junho de 2008.

A descrição e os negócios das controladas podem ser assim resumidos:

(i) SESES

Com sede no município do Rio de Janeiro, foi, até 9 de fevereiro de 2007, uma sociedade civil de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, que tinha por finalidade a manutenção de estabelecimento de ensino de qualquer grau, de conformidade com as leis do País, bem como promover iniciativas filantrópicas e gratuitas de assistência à comunidade, nas áreas de saúde, dos serviços jurídicos, médicos e sociais, da recreação e esportes e do amparo caritativo dos inválidos. A partir de 10 de fevereiro de 2007, a forma jurídica da Sociedade foi alterada para uma sociedade empresária.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Investimentos em controladas--Continuação

(c) Informações sobre as sociedades controladas--Continuação

(i) SESES—Continuação

Atualmente a SESES possui 48 unidades em sete estados brasileiros e é composta por uma Universidade – Universidade Estácio de Sá – e oito faculdades. A Universidade Estácio de Sá conta com 39 unidades espalhadas no Rio de Janeiro. As faculdades mantidas pela SESES são: Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul; Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte e Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais; Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos, no Estado de São Paulo; Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina, no Estado de Santa Catarina; Faculdade Estácio de Sá de Vitória e Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha, ambas no Estado do Espírito Santo; e Faculdade Estácio de Sá de Goiás, no Estado de Goiás.

(ii) SESPA

Com sede no Município de Belém, foi, até 30 de setembro de 2005, uma sociedade civil, sem fins lucrativos. A partir daquela data, a forma jurídica da Sociedade foi alterada para uma sociedade empresária. A SESPA é a mantenedora da Faculdade do Pará – FAP.

(iii) SESCE

Com sede no município de Fortaleza, foi, até 30 de setembro de 2005, uma sociedade civil, sem fins lucrativos. A partir daquela data, a forma jurídica da Sociedade foi alterada para uma sociedade empresária. A SESCE é a mantenedora da Faculdade Integrada do Ceará – FIC, localizada em Fortaleza e que possui 2 unidades, e da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte – FMJ, localizada em Juazeiro do Norte.

(iv) SESPE

Com sede no município de Recife, foi, até 30 de setembro de 2005, uma sociedade civil, sem fins lucrativos. A partir daquela data, a forma jurídica da Sociedade foi alterada para uma sociedade empresária. A SESPE é a mantenedora da Faculdade Integrada do Recife – FIR.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Investimentos em controladas--Continuação

(c) Informações sobre as sociedades controladas--Continuação

(v) STB

Com sede no município de Salvador, foi, até 30 de setembro de 2005, uma sociedade civil, sem fins lucrativos. A partir daquela data, a forma jurídica da Sociedade foi alterada para uma sociedade empresária. A STB é a mantenedora do Centro Universitário da Bahia – UNIFIB, que possui 2 unidades.

As Mantenedoras SESP, SESCE, SESPE e STB tem por objeto social: promover o ensino superior, a pesquisa e a extensão universitária; organizar e manter estabelecimentos de ensino isolados independentes e sistema de federação de faculdades ou sob a forma de Centros Universitários, ou Universidades; a prestação de serviços culturais na área de ensino, através de convênios com instituições nacionais, internacionais, públicas ou privadas; a prestação de serviços educacionais em seus diferentes níveis; o desenvolvimento e difusão das artes e das ciências afins; a participação em iniciativas de caráter cultural e artístico, em congressos, cursos conferências, etc.

(vi) IREP e empresas controladas

Com sede no município de São Paulo, é uma sociedade empresária, que possui 8 unidades, sendo 6 em São Paulo, 1 no ABC Paulista e 1 em Curitiba.

A IREP e empresas controladas tem por objeto social: educação integral; o ensino para formação e aperfeiçoamento de profissionais; técnicos e pesquisadores de alto nível; a pesquisa pura e aplicada; a criação artística de cultura em todos os níveis e sua difusão; a formação de técnicos em carreira auxiliares de nível médio ou segundo grau; a extensão ao ensino dos três graus de educação; a administração de bens, móveis e imóveis, desde que próprios e integrados ao acervo; a participação como sócia no capital de sociedades que possuam objetos sociais iguais ou diferentes do seu, com sede no país ou exterior.

(vii) CURITIBA

Com sede no município de Curitiba, é uma sociedade empresária que tem por objeto social administrar instituições que ministrem ensino superior, ensino presencial e a distância, cursos sequenciais e de graduação, de extensão, de pós-graduação lato e *stricto sensu*, de mestrado, de doutorado, técnico e tecnólogo, que prestem serviços de consultoria, que realizem pesquisas e promovam treinamento.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 Imobilizado

	Consolidado				Taxas de depreciação/a mortização % ao ano
	30/6/2008		31/3/2008		
	Custo corrigido	Depreciação/a mortização acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	19.543		19.543	21.226	
Edificações	74.587	(24.338)	50.249	53.285	4%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	62.004	(45.171)	16.833	16.867	(i)
Móveis e utensílios	29.831	(14.884)	14.947	13.544	10%
Computadores e periféricos	29.834	(21.221)	8.613	6.125	20%
Máquinas e equipamentos	21.609	(9.672)	11.937	9.679	10%
Veículos	351	(97)	254	140	20%
Biblioteca	40.361	(16.526)	23.835	21.473	10%
Direito de uso - software	23.184	(16.817)	6.367	6.441	20%
Instalações	5.330	(1.503)	3.827	3.487	10%
Outros	11.240	(9.188)	2.052	6.694	10%
Construções em andamento	3.179		3.179	2.512	
Arrendamento mercantil	10.091		10.091	12.752	
	331.144	(159.417)	171.727	174.226	

(i) A amortização em benfeitorias em imóveis de terceiros está sendo efetuada pelo prazo remanescente de vigência contratual dos aluguéis, a não ser que estas benfeitorias tenham vida útil inferior a tal prazo.

A Companhia possui contratos de arrendamentos para diversos bens utilizados nas suas operações, sujeitos a juros que variam entre 1,20 a 1,97% ao mês, com cláusula de opção de compra. As despesas operacionais incorridas com tais contratos totalizaram R\$ 772 no trimestre findo em 30 de junho de 2008 (31 de março de 2008 – R\$ 920). Os compromissos assumidos em função desses contratos, incluindo o montante do valor residual (opção de compra) totalizam R\$ 5.182 em 30 de junho de 2008 (31 de março de 2008 - R\$ 7.119), liquidados em parcelas mensais até 2009.

O imóvel situado à Rua do Bispo, 83 (Campus Rebouças), de propriedade da SESES, foi dado em penhora, devido a um litígio na justiça, em que o Município do Rio de Janeiro está cobrando da SESES o pagamento do IPTU do referido imóvel. Consoante informações de seus consultores jurídicos, já foi obtido ganho de causa e a SESES vem diligenciando junto à Prefeitura a baixa do referido gravame.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 9, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros		Consolidado
		30/6/2008	31/3/2008
Em moeda nacional			
Bancos conta garantida	CDI + 0,21% a 0,40% ao mês		
Capital de giro	mês	212	1.013
FINAME	TJLP + 6% ao ano	68	124
		280	1.137

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos sócios e os próprios bens financiados, cujo valor residual em 30 de junho de 2008 era de aproximadamente R\$ 200.

10 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2008	31/03/2008	30/06/2008	31/03/2008
Salários e encargos sociais a pagar	77	50	34.476	32.591
Provisão de férias			41.121	33.128
Provisão de 13º salário			18.247	9.041
	77	50	93.844	74.760

11 Adiantamento de convênio

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao UNIBANCO na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Adiantamento de convênio--Continuação

Em contrapartida à exclusividade concedida ao UNIBANCO, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o UNIBANCO pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao UNIBANCO, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o UNIBANCO pagou a Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 30 de junho de 2008, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 27.903 (R\$ 28.623, - 31 de março de 2008) classificado como resultado de exercícios futuros, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

12 Provisão para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cíveis, trabalhistas e tributárias, que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 30 de junho de 2008 e em 31 de março de 2008, a provisão para contingências, líquida dos correspondentes depósitos judiciais, era composta da seguinte forma:

					Consolidado	
30/06/2008			31/03/2008			
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Total líquido	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Total líquido
Cíveis	6.323	(173)	6.150	5.627	(190)	5.437
Trabalhistas	10.315	(1.910)	8.405	9.740	(2.043)	7.697
Tributárias	8.591	(5.830)	2.761	8.167	(5.851)	2.316
	25.229	(7.913)	17.316	25.334	(9.884)	15.450

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Provisão para contingências—Continuação

(a) Contingências cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, cobranças indevidas, pedidos de indenização por danos materiais e morais.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para fazer face às prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 8.123 em 30 de junho de 2008 (R\$ 7.427 - 31 de março de 2008).

Dentre as principais ações com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória decorrente de acidente com “bala perdida” sofrido por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A SESES foi condenada em primeira instância e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, quando da apelação por parte da SESES, manteve em parte a sentença, determinando: (i) o pagamento de indenização pelos danos morais sofridos aos autores, no valor aproximado de R\$ 1.800; (ii) tratamento médico constante; (iii) pensão mensal vitalícia no valor de um salário mínimo acrescido das verbas trabalhistas (13º salário, férias e FGTS); e (iv) continuidade do aluguel de um imóvel adaptado para a moradia da autora (*home care*). O valor médio despendido mensalmente pela SESES para o tratamento médico da Autora é de aproximadamente R\$ 35. Sem prejuízo dos julgamentos dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos contra a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que ainda está pendente, os autores ingressaram com a execução provisória da sentença, tendo sido o valor de R\$ 1.800 depositado em juízo em 3 parcelas iguais e consecutivas a partir de dezembro de 2006. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, o risco de perda é provável e estimado em R\$ 3.846 em 30 de junho de 2008 (R\$ 3.969 em 31 de março de 2008). Sendo assim, o montante está provisionado nas demonstrações financeiras consolidadas; e

Dentre as principais ações avaliadas por nossos consultores jurídicos externos com risco de perda possível, podemos destacar:

- (i) Ação declaratória, com pedido de tutela antecipada, ajuizada pela Associação Beneficente e Educacional Recoleta na qual se objetiva a condenação da SESES ao pagamento de multa contratual, no valor de R\$ 2.350, tendo em vista a resolução de contrato de superfície de imóvel situado na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Provisão para contingências--Continuação

(a) Contingências cíveis—Continuação

- (ii) Ação Cível Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, nos incluindo, na qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. O valor estimado da causa é de R\$ 1.000; e
- (iii) Ação promovida por Wilson Park Hotel ("WPH") e outros, com pedido de tutela antecipada, na qual se objetiva a desconstituição de contrato de locação, cessão de locação e de sublocação do imóvel situado na Rua Caçador, nº 185 (atual 211), na cidade de Nova Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul. O montante estimado da ação é de R\$ 500.
- (iv) Ação promovida pelo DCE – Diretório Central de Estudantes que tem como escopo denunciar suposto "aumento abusivo das mensalidades escolares". A audiência foi realizada no dia 06 de novembro de 2007 sem acordo. Atualmente, aguarda-se a audiência de instrução e julgamento. O montante estimado da ação é de R\$3.000.

Nenhuma provisão para contingências foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas para estas ações.

(b) Contingências trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e verbas rescisórias decorrentes de redução de carga horária de trabalho de professor. Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para fazer face às prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 10.315 em 30 de junho de 2008 (R\$ 9.740 - 31 de março de 2008).

Dentre as principais ações trabalhistas avaliadas por nossos consultores jurídicos externos com risco de perda possível, podemos destacar:

- (i) Cinco autos de infração lavrados pelo Ministério do Trabalho, cujo montante total importa em R\$ 1.050..

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Provisão para contingências--Continuação

(b) Contingências trabalhistas—Continuação

(ii) Ação na qual o Espólio de Lucivaldo Evangelista requer indenização por dano moral e material, além de pensão mensal, em razão do *de cujus* ter falecido nas dependências da SESP. Neste caso, discute-se quem é o verdadeiro empregador e responsável pelas indenizações. Apesar do falecimento ter ocorrido no interior da SESP, o funcionário era contratado por empresa terceirizada. Em 31 de janeiro de 2008, o juiz do trabalho responsável por este processo prolatou sentença de improcedência, favorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pelo Reclamante O valor estimado da causa é de R\$1.638.

(c) Contingências tributárias

A SESES está discutindo na esfera judicial o lançamento relativo à cobrança do FINSOCIAL em face da suspensão, pela Secretaria da Receita Federal, de sua imunidade tributária através do Ato Declaratório nº 14/96. Por conta desse processo, foram efetuados depósitos judiciais em 2005, no montante de R\$ 930, sendo constituída provisão para contingências no mesmo valor.

(i) Contribuição Patronal do Instituto Nacional de Seguro Social ("INSS")

Adicionalmente, a SESES também está discutindo na esfera judicial a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a SESES é portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. A sentença foi favorável à Entidade e a União Federal interpôs Recurso de Apelação, que encontra-se pendente de julgamento. Por conta desse processo, passaram a ser depositados judicialmente os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento). Em 30 de junho de 2008, os depósitos judiciais correspondem a R\$ 4.900, sendo constituída provisão para contingências no mesmo valor, considerada suficiente pela Administração e por seus consultores jurídicos internos e externos.

A SESES foi considerada sem fins lucrativos e de caráter filantrópico até 9 de fevereiro de 2007. Portanto, até essa data gozava, nos termos dos artigos 150 - inciso VI, letra C - e 195 - parágrafo 7º - da Constituição Federal e dos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual através do Decreto nº 86.072, de 4 de junho de 1981 e da Lei nº 2.536, de 3 de janeiro de 1975, respectivamente.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Provisão para contingências--Continuação

(c) Contingências tributárias--Continuação

(i) Contribuição Patronal do Instituto Nacional de Seguro Social ("INSS")—Continuação

A SESES possuía, ainda, os seguintes certificados emitidos por órgãos governamentais: (a) certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social; (b) Título Declaratório de Regularidade de Situação Estadual; e (c) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

O artigo 55 da Lei nº 8.212/91, com alterações constantes da Lei nº 9.732/98, considera estar isenta de pagamento da cota patronal do INSS a entidade beneficente de assistência social, que atenda os seguintes requisitos: (a) seja reconhecida como de utilidade pública Federal e Estadual ou Municipal; (b) seja portadora do Certificado e do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos - CEFF, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovados a cada três anos; (c) promova, gratuitamente e em caráter exclusivo, a assistência social beneficente; (d) não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios a qualquer título; e (e) aplique integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

A Lei nº 9.732/98, além de alterar a redação do inciso III, do artigo 55, da Lei nº 8.212/91, estabeleceu que: (a) as entidades sem fins lucrativos educacionais, que não pratiquem de forma exclusiva e gratuita atendimento a pessoas carentes, gozarão da isenção das contribuições de que tratam os artigos 22 (cota patronal do INSS) e 23 (CSLL e COFINS) da Lei nº 8.212/91, na proporção do valor das vagas cedidas, integral e gratuitamente, a carentes, desde que satisfaçam os requisitos do artigo 55 da referida Lei, (b) o disposto no artigo 55 da Lei nº 8.212/91, na nova redação, e no artigo 4o. desta Lei terá aplicação a partir da competência abril de 1999 e (c) fica cancelada, a partir de abril de 1999, toda e qualquer isenção concedida, em caráter geral ou especial, de contribuição para a seguridade social em desconformidade com o artigo 55 da Lei nº 8.212/91, na sua nova redação, ou com o artigo 4º desta Lei. Cabe ressaltar que os artigos 1º, no que se refere a alteração da redação do artigo 55 da Lei nº 8.212/91, 4º, 5º e 7º, estão com sua eficácia suspensa em decorrência de liminar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº 2.028-5, de 11 de novembro de 1999.

Conforme mencionado anteriormente, à época de sua constituição a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso lhe foi assegurado o direito à isenção da contribuição patronal do INSS incidente sobre a folha de pagamento. Os normativos legais posteriores preservaram sua condição de pessoa jurídica isenta, situação essa que legalmente perdurou até fevereiro de 2007, quando a SESES foi transformada em sociedade com fins lucrativos.

12 Provisão para contingências--Continuação

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) **Contingências tributárias--Continuação**

(i) **Contribuição Patronal do Instituto Nacional de Seguro Social ("INSS")—Continuação**

A SESES tem sido questionada pelo INSS quanto às renovações do CEBAS concedidas nos anos de 2000 e 2003. A Secretaria da Receita Previdenciária apresentou recursos ao Ministro da Previdência Social objetivando desconstituir as duas últimas referidas renovações do CEBAS concedidas pelo CNAS. Porém, a SESES aderiu em dezembro de 2004 ao PROUNI e, sendo assim, é assegurado às entidades que aderirem e adotarem as suas regras o direito de obter a restauração da CEBAS e o restabelecimento da isenção da contribuição social, caso o indeferimento ou cancelamento da isenção, referente os dois últimos triênios, não tenha sido em razão do descumprimento dos requisitos previstos nos incisos III, IV e V do artigo 55 da Lei nº 8.212/91, ou seja: (a) promova assistência social gratuita; (b) não remunere seus dirigentes; e (c) aplique o resultado operacional no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Os questionamentos oferecidos pela Secretaria da Receita Previdenciária não alegam infringência àqueles dispositivos, o que, em tese, daria à SESES o direito de restauração do CEBAS caso viesse a perdê-lo.

Considerando que o CEBAS é, na óptica das autoridades fiscais, imprescindível à fruição da imunidade/isenção, na eventualidade de seu cancelamento em determinado período, todos os demais tributos e contribuições devidos pelas sociedades empresárias poderão vir a ser exigidos pelas autoridades fiscais retroativamente e acrescidos dos encargos monetários, além dos valores relativos aos questionamentos do INSS.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração da Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo e classifica a expectativa de perda como remota; por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.

(ii) **Transformação em sociedade empresarial com fins lucrativos**

As Mantenedoras e a SESES efetuaram a alteração de suas naturezas jurídicas de sociedades civis sem fins lucrativos para sociedades empresárias em 30 de setembro de 2005 e 9 de fevereiro de 2007, respectivamente. Com a referida alteração da natureza jurídica das Mantenedoras e da SESES, estas perdem o direito do gozo de imunidades e isenções fiscais previstas para entidades sem fins lucrativos, passando a se sujeitar às regras de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas, ressalvadas as isenções decorrentes do PROUNI.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Provisão para contingências--Continuação

(c) Contingências tributárias--Continuação

(ii) Transformação em sociedade empresarial com fins lucrativos—Continuação

A Administração entende, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos e tributários, que a simples transformação das Mantenedoras em sociedades lucrativas não é fato gerador de tributos, e que somente os lucros, rendimentos, receitas e ganhos de capital gerados após esta transformação é que serão alcançados pela tributação, ressalvados os benefícios fiscais do PROUNI. Sendo assim, os superávits gerados no período em que as Mantenedoras eram imunes e isentas não sofrerão ou sofrerão qualquer tributação, sob a condição de não serem distribuídos aos sócios das entidades e de serem reinvestidos nas próprias instituições, ou seja, mantidos nos patrimônios sociais das mesmas. Entretanto, as autoridades fiscais poderão vir a questionar tal transformação e exigir o recolhimento dos tributos incidentes sobre os resultados isentos auferidos até a data da mesma.

(d) Outros assuntos tributários contingentes

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias das atividades das SESES e das Mantenedoras, destacamos o seguinte:

- (i) Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ("CPMF"): a SESES, entendia não estar sujeita a incidência de tal contribuição nos termos da Emenda Constitucional nº 21/99, assim como foi entendimento de seus consultores jurídicos que a isenção estava configurada nos termos da Lei nº 9.311/96 e Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal aplicáveis à espécie;
- (ii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): isenção da referida contribuição, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1 de fevereiro de 1999, sobre as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/97. Adicionalmente, a SESES, com base na opinião de seus advogados, entendeu estar assegurada a referida isenção, uma vez que a eficácia dos artigos da Lei nº 9.732/98 está suspensa por ADIN;
- (iii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"): a SESES e as Mantenedoras entenderam, enquanto sem fins lucrativos e considerando que a eficácia dos artigos da Lei nº 9.732/98 está suspensa pela ADIN, que estavam isentas da referida contribuição, nos termos do artigo 15, parágrafo 1º, da Lei nº 9.532/97.

A Administração da SESES e das Mantenedoras, assim como seus consultores jurídicos, entenderam estar assegurada a isenção integral das referidas contribuições; por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.

13 Patrimônio líquido

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Capital social

A Companhia foi constituída em 31 de março de 2007 com capital inicial de R\$ 1, dividido em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Na mesma data de sua constituição, os acionistas aprovaram o aumento do seu capital para R\$ 27.073 mediante emissão de 299.999.000 ações ordinárias e 100.000.000 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, as quais foram inteiramente subscritas e integralizadas mediante conferência do investimento devido por cada acionista da Companhia em quotas do capital social da SESES, da SESPA, da SESCE, da SESPE e STB.

Do total do aumento de capital procedido, R\$ 15.191 estão relacionados às reserva de capital contabilizadas nos respectivos patrimônios líquidos das sociedades investidas por conta do incentivo fiscal concedido pelo PROUNI. Tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas dessas sociedades controladas e, consequentemente aos acionistas da Companhia, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorreu a capitalização nas investidas.

Em 21 de junho de 2007, foi aprovado o grupamento das ações representativas do capital social da Companhia na proporção de 2 (duas) ações para 1 (uma) ação da respectiva espécie e classe, de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações. Em decorrência do referido grupamento de ações, o capital social da Companhia, subscrito e totalmente integralizado passou para R\$ 27.073, dividido em 200.000.000 de ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 150.000.000 ordinárias e 50.000.000 preferenciais.

Em 01 de agosto de 2007, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, em vista da subscrição integral no montante de R\$ 268.164 mediante emissão pública de 35.755.200 ações, sendo 11.918.400 ações ordinárias e 23.836.800 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta) por ação ordinária e R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta) por ação preferencial. Dessa forma, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 27.073 para R\$ 295.237, dividido em 161.918.400 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, 73.836.800 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 Patrimônio líquido--Continuação

(a) Capital social--Continuação

Em 30 de junho de 2008, o capital autorizado da Companhia é de R\$ 1.000.000, sendo o capital social subscrito e integralizado representado da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
João Uchôa Cavalcanti Netto	90.403.357	32.608.795
Moena Participações S.A.	47.151.040	
Marcel Cleófas Uchôa	1.525.900	551.800
André Cleófas Uchoa	1.507.700	515.400
Monique Uchoa Cavalcanti de Vasconcelos	1.500.000	500.000
UBS Pactual Asset Management	1.845.920	3.698.960
Demais Acionistas	17.984.483	35.961.845
	161.918.400	73.836.800

(b) Reserva de capital

Conforme mencionado na Nota 2k, à época de sua constituição, a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Com a transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, em 9 de fevereiro de 2007, a Entidade passou a se sujeitar à carga tributária devida por uma sociedade comercial, ressalvadas as isenções decorrentes à adesão ao Programa Universidade para Todos – PROUNI. A exemplo da SESES, as Mantenedoras, embora não tivessem caráter filantrópico, quando de sua constituição também foram reconhecidas como entidades sem fins lucrativos, fazendo jus a determinadas isenções fiscais até 30 de setembro de 2005 quando foram transformadas em sociedades empresariais com fins lucrativos.

Quando do referido aumento do capital social, os acionistas da Companhia atribuíram ao preço de emissão das ações o valor de R\$ 27.072, ao passo que o valor dos ativos utilizados na integralização do capital indicava que as quotas da SESES e das Mantenedoras possuíam um valor patrimonial de R\$ 123.554.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 Patrimônio líquido—Continuação

(b) Reserva de capital—Continuação

O valor deste aumento de capital (R\$ 27.072) equivale aos recursos efetivamente aportados pelos acionistas controladores no negócio, seja como capital inicial, seja como aumento do mesmo mediante a capitalização de lucros e reservas de lucros gerados após a transformação da SESES e das Mantenedoras em sociedades empresárias com fins lucrativos. O valor da diferença (R\$ 96.482) entre o montante atribuído aos bens pelos acionistas subscritores e o montante desses bens à valor patrimonial, foi registrado na Companhia em rubrica específica de reserva de capital (ágio na subscrição de ações) e refere-se, substancialmente, ao saldo remanescente dos resultados acumulados auferidos pelas empresas controladas (SESES e Mantenedoras) antes da transformação de sua forma jurídica de entidades sem fins lucrativos para sociedades empresárias.

(c) Reserva de lucros

(c.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(c.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(d) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento).

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14

Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	Trimestre findo em 30/06/2008	Período findo em 30/06/2008	Trimestre findo em 30/06/2008	Período findo em 30/06/2008
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			518	4.880
Rendimentos de aplicações financeiras	5.197	10.078	6.316	11.597
Outras	129	216	761	1.871
	5.326	10.294	7.595	18.348
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	1	2	967	1.907
Juros e encargos financeiros	3	1	273	486
CPMF		1	1	64
Descontos financeiros			520	1.337
Outras		12	47	209
	4	16	1.808	4.003

15

Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

As Mantenedoras SESP, SESCE, SESPE e STB e a SESES aderiram ao PROUNI no 1º semestre de 2005, e passaram a usufruir de seus benefícios a partir da transformação de suas sociedades de entidades sem fins lucrativos para entidades empresárias a partir de outubro de 2005 e fevereiro de 2007, respectivamente. Anteriormente a essas datas, as entidades eram isentas de IRPJ e CSLL.

A reconciliação desses tributos apurados conforme alíquotas nominais e os valores dos tributos registrados no trimestre findo em 30 de junho de 2008 está apresentada a seguir:

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Imposto de renda e contribuição social—Continuação

	Controladora		Consolidado	
	Trimestre findo em 30/06/2008	Período findo em 30/06/2008	Trimestre findo em 30/06/2008	Período findo em 30/06/2008
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.291	37.535	4.700	39.524
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis			592	1.262
Amortização de ágio	1.741	3.481	2.418	4.158
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(3.391)	(36.206)		
Compensação de prejuízo fiscal	(792)	(1.443)	(792)	(1.443)
Outras			(430)	(430)
Adições/Exclusões temporárias:				
Provisão para contingências			1.824	3.916
Base de cálculo	1.849	3.367	8.312	46.987
Alíquotas				
Imposto de renda	15%	15%	15%	15%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente)	10%	10%	10%	10%
Contribuição social	9%	9%	9%	9%
Valor do imposto e da contribuição:				
Imposto de renda	278	505	1.187	7.048
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente)	179	325	745	4.605
Contribuição social	166	303	712	4.229
	623	1.133	2.643	15.882
Menos: total de isenção			(1.611)	(12.759)
Imposto de renda e contribuição social devidos - corrente	623	1.133	1.032	3.123

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Como descrito na Nota 2k as empresas controladas são beneficiárias de incentivos fiscais relativos a tributos federais em decorrência de terem aderido ao "PROUNI", sendo que tais incentivos são reconhecidos contabilmente, nessas controladas, no resultado do período (rubrica de despesa com imposto de renda e contribuição social), enquanto que seu reflexo na controladora está contabilizado como resultado de equivalência patrimonial.

A Companhia não reconheceu o ativo fiscal diferido decorrente do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social tendo em vista ser uma empresa de participações recém constituída, cuja geração de resultados futuros será baseada substancialmente em resultado de equivalência patrimonial. A controlada SESES e as controladas SESP, SESCE, SESPE e STB alteraram sua forma jurídica de sociedades sem fins lucrativos para sociedades empresárias em fevereiro de 2007 e outubro de 2005, respectivamente, e não apresentam histórico de rentabilidade. Desta forma, não vem sendo registrado o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (R\$ 3.972).

16 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de junho de 2008, encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

(a) Disponibilidades e valores equivalentes

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 Instrumentos financeiros--Continuação

(b) Partes relacionadas

Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

(c) Empréstimos e financiamentos

Os valores de mercado para os empréstimos e financiamentos são similares aos dos saldos contábeis, e as condições e os prazos dos empréstimos e financiamentos obtidos estão apresentados na Nota 9.

(d) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Gerenciamento de riscos

Todas as operações da SESES e das Mantenedoras são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

A política de matrícula da Companhia para fins de elaboração dessas demonstrações financeiras está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios.

(b) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala de curto prazo. A dívida a taxa de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

16 Instrumentos financeiros--Continuação

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) **Risco de taxa de câmbio**

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

Não existiam operações com derivativos em 30 de junho de 2008.

17 Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de junho de 2008, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado	31.450
Responsabilidade civil	3.880
Despesa fixa	340
Equipamentos eletrônicos	5.530
Queda de aeronave	860
Demais ramos	3.058

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

18 Compromissos

As empresas controladas possuem diversos contratos de aluguel de suas instalações. Os compromissos futuros relacionados a esses contratos em vigor em 30 de junho de 2008, considerando (i) que haverá renovações normais em seus prazos de vencimentos e (ii) levando-se em conta os valores conhecidos naquela data, serão anualmente da ordem de R\$ 80.000 pelos próximos 5 anos.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 **Compromissos**—Continuação

Os acionistas controladores detêm a totalidade das quotas das seguintes sociedades mantenedoras de instituições de ensino superior: (i) SESSE; (ii) SESAL; (iii) UNEC; e (iv) SESAP, mantenedora da Faculdade do Amapá. Adicionalmente, tais acionistas detêm também a totalidade das quotas da Asociación de Estudios Superiores de Las Américas, no Paraguai, que possui uma unidade, e 80% das quotas da Escuela de Informática SRL, no Uruguai, que possui uma unidade, ambas recém adquiridas.

Em 7 de abril de 2007, a Companhia firmou um Memorando de Intenções com os acionistas controladores, na qualidade de sócios de tais sociedades, objetivando a aquisição, mediante pagamento em dinheiro, dessas sociedades a valor patrimonial contábil tão logo apresentem patrimônio líquido positivo. No momento não podemos projetar quando será revertido o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto). O referido memorando terá vigência pelo prazo de 2 anos da data de sua assinatura.

19 **Remuneração dos administradores**

As remunerações dos Administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração são computadas como despesas do período. Conforme aprovado pelas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2007, foi fixado o limite de R\$ 150 mensais para remuneração dos membros do Conselho de Administração.

A remuneração da Diretoria Estatutária vem sendo efetuada pela controlada SESES, e repassada, mediante rateio para as demais mantenedoras, conforme mencionado na Nota 6. O valor mensal dessa remuneração, incluindo seus respectivos encargos é de R\$ 392.

20 **Eventos subsequentes**

(a) **Implementação da Conversão de Ações Preferenciais, da Migração para o Novo Mercado e do Grupamento de Ações**

Em 11 de julho de 2008, foram implementadas as seguintes operações societárias: (i) a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 01 (uma) ação ordinária para cada 01 (uma) ação preferencial; (ii) a adesão da Companhia às regras do segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“Bovespa”) e a migração da listagem das ações de emissão da Companhia do segmento Nível 2 para o Novo Mercado da Bovespa; e (iii) o grupamento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 03 (três) para 01 (uma), passando o capital social da Companhia a ser dividido em 78.585.066 (setenta e oito milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e sessenta e seis) ações ordinárias, cujas deliberações foram aprovadas em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 04 e 13 de junho de 2008 e em 07 de julho de 2008, respectivamente.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20 Eventos subsequentes—Continuação

(a) Implementação da Conversão de Ações Preferenciais, da Migração para o Novo Mercado e do Grupamento de Ações—Continuação

Em decorrência do exposto acima, o capital social da Companhia, em 11 de julho de 2008, passou a ter a seguinte composição acionária:

Acionistas	Ações ordinárias	%	Total	%
João Uchôa Cavalcanti Netto	41.004.050	52,2%	41.004.050	52,2%
Moena Participações S.A.	15.717.013	20,0%	15.717.013	20,0%
Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti	692.566	0,9%	692.566	0,9%
André Cleófas Uchoa Cavalcanti	674.366	0,9%	674.366	0,9%
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	666.666	0,8%	666.666	0,8%
Administradores e Conselheiros	7.581	0,0%	7.581	0,0%
Outros	19.822.824	25,2%	19.822.824	25,2%
Total	78.585.066	100,0%	78.585.066	100,0%

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária de 13 de junho de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado a administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração, especificamente para este fim, em reunião realizada em 1 de julho de 2008. Compete a esse órgão administrador, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações, estabelecendo, dentre os indivíduos qualificados, aqueles aos quais serão concedidas as opções e as regras específicas aplicáveis, observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado a 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia existentes na data da aprovação de cada Programa.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20 Eventos subsequentes—Continuação

(b) Plano de opção de compra de ações—Continuação

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual entre a Companhia e cada Beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o Beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, e será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na BOVESPA anteriores à data da concessão da opção, sendo que o valor poderá ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, com exceção do 1º Programa, cujo Preço de Exercício das opções será de R\$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos) para cada ação de emissão da Companhia.

Poderá o Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso, determinar, quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido aos Beneficiários um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

As ações são entregues ao Beneficiário apenas após o transcurso dos prazos e contribuições estipulados no contrato.

Salvo decisão específica em contrário do Comitê ou do Conselho de Administração, o Beneficiário só poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano, se atendido o período mínimo de indisponibilidade eventualmente estabelecido, a critério do Comitê ou do Conselho de Administração, em cada Programa, o qual nunca será superior a 3 (três) anos, a contar da data do exercício da opção ("Período de Restrição").

Em 15 de julho de 2008, o Comitê de Administração do Plano aprovou a criação do seu primeiro Programa e estabeleceu que: (i) o número de ações integrantes desse Programa é 2.428.279 ações ordinárias, o que corresponde a 3,09% do capital social da Companhia, (ii) o preço por ação é R\$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos), corrigido pelo IGP-M/FGV, a partir da data de aprovação desse Programa e até o efetivo exercício da opção, (iii) a opção deverá ser exercida pelo Beneficiário em 5 (cinco) lotes anuais iguais, cada qual equivalente a 20% (vinte por cento) do total da opção outorgada, podendo o primeiro lote ser exercido a partir de 15 de julho de 2009 (os "Lotes Anuais"), (iv) montante equivalente (a) a 50% (cinquenta por cento) da parcela da gratificação anual concedida ao Beneficiário pela Companhia a título de bônus ou prêmio ou participação nos lucros, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes ("Bônus"), e

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20 Eventos subsequentes—Continuação

(b) Plano de opção de compra de ações—Continuação

(b) a 50% (cinquenta por cento) do montante de dividendos ou juros sobre o capital próprio, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes, pagos pela Companhia ao Beneficiário com respeito a toda e qualquer Ação ou outra ação adquirida pelo Beneficiário sob o Programa ou Outros Programas (“Dividendos”) deverá ser destinado ao pagamento do Preço de Exercício de opções referentes a Lotes Incorporados (conjunto de ações, cujo direito à subscrição já tenha sido adquirido) ainda não exercidos pelo Beneficiário na data do recebimento de tais Bônus e Dividendos, e (v) o Período de Restrição estabelecido pelo 1º Programa é de 1 (um) ano, a contar do exercício da opção. Não obstante, o Beneficiário poderá alienar, durante o prazo de 30 (dias) dias anterior ao advento do prazo final e extintivo de determinado Lote Anual, o número de ações necessário para realizar o pagamento da totalidade do Preço de Exercício de opções.

(c) Aquisições de outras sociedades em negociação

Em 23 de julho de 2008, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a Diretoria a iniciar os procedimentos para a aquisição de participação societária equivalente a 99,99% do capital social da Sociedade de Enseñanza Superior S.A. (“SESSA”), com sede na Cidade de Assunção, Paraguai, mantenedora da Universidade de La Integración de Las Americas – UNIDA, instituição de ensino que oferece cursos de graduação nas áreas de administração, marketing, direito, educação, informática, educação física, medicina e enfermagem, entre outros.

O valor de investimento dessa operação deverá ser equivalente ao valor patrimonial contábil da SESSA, de aproximadamente R\$ 2.400 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Essa aquisição será efetivada em cumprimento aos termos e condições previstos em Memorando de Entendimentos firmado entre a Companhia e seus acionistas controladores, em 07 de abril de 2007, conforme divulgado por ocasião da Oferta Pública de Distribuição de Ações da Companhia.

A Companhia divulgará fato relevante ao mercado assim que finalizados os procedimentos relativos a esta operação.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21 Informações suplementares às Informações Trimestrais

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, está sendo apresentada a demonstração do fluxo de caixa preparada de acordo com as Normas e Procedimentos Contábeis - NPC 20 emitida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON.

	Controladora		Consolidado	
	2º trimestre 2008	2º trimestre 2007	2º trimestre 2008	2º trimestre 2007
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	3.668	1.397	3.668	1.397
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização			7.220	5.911
Valor residual baixado do imobilizado			505	(215)
Amortização de ágio	2.418		2.418	
Outras				1.325
Equivalência patrimonial	(3.391)	(3.114)		
	2.695	(1.717)	13.811	8.418
Variações nos ativos e passivos:				
(Aumento) em contas a receber			(14.271)	(9.619)
(Aumento) em outros ativos	(4.525)		(9.750)	(803)
Aumento (redução) em fornecedores	(1.084)	6	(3.255)	(1.296)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	773		1.658	
Aumento em salários e encargos sociais	27		19.084	20.154
Aumento em mensalidades recebidas			667	(3.525)
Aumento (redução) na provisão para contingências		2.840	1.866	(1.109)
Aumento (redução) em outros passivos			(491)	113
Variações nas operações com partes relacionadas:				(7.278)
(Aumento) de contas a receber	(105)		(694)	
Aumento (redução) de contas a pagar	729		-	
(Aumento) no ativo não circulante	(4.245)	(1.116)	629	
Resultado de exercícios futuros	(450)		(720)	
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) pelas atividades operacionais	(6.185)	13	8.534	5.055
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	25.927		12.593	
Ágio na aquisição de participações acionárias	(677)		(4.308)	
Imobilizado			(5.125)	(7.211)
Diferido			(3.165)	
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de investimento	25.250	-	(5)	(7.211)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Dividendos distribuídos	(13.658)		(13.658)	
Pagamento de empréstimos e financiamentos			(857)	(1.511)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	(13.658)	-	(14.515)	(1.511)
Aumento (redução) nas disponibilidades	5.407	13	(5.986)	(3.667)
No início do período	10.556	1	57.725	46.850
No final do período	15.963	14	51.739	43.183
Variação no saldo de disponibilidades	5.407	13	(5.986)	(3.667)

* * *

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10
05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	

Vide comentário na seção 8.1.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2008	4 - 31/03/2008
1	Ativo Total	654.939	646.977
1.01	Ativo Circulante	399.558	395.735
1.01.01	Disponibilidades	256.229	274.808
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	51.739	57.725
1.01.01.02	Investimentos de Curto Prazo	204.490	217.083
1.01.02	Créditos	128.098	109.062
1.01.02.01	Clientes	104.051	89.780
1.01.02.02	Créditos Diversos	24.047	19.282
1.01.02.02.01	Partes Relacionadas	15.077	14.383
1.01.02.02.02	Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	4.351	2.649
1.01.02.02.03	Contas a Compensar - Sistema FIES	4.619	2.250
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	15.231	11.865
1.02	Ativo Não Circulante	255.381	251.242
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.649	1.965
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.01.01	Adto para Futuro Aumento de Capital	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	3.649	1.965
1.02.02	Ativo Permanente	251.732	249.277
1.02.02.01	Investimentos	70.216	68.326
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	69.983	68.093
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	233	233
1.02.02.02	Imobilizado	171.727	174.226
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	9.789	6.725

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2008	4 - 31/03/2008
2	Passivo Total	654.939	646.977
2.01	Passivo Circulante	164.880	161.647
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	280	1.137
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	21.662	24.917
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	14.412	12.748
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	13.658
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	128.526	109.187
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	93.844	74.760
2.01.08.02	Mensalidades Recebidas Antecipadamente	31.664	30.997
2.01.08.03	Outros	3.018	3.430
2.02	Passivo Não Circulante	48.281	47.220
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	20.378	18.597
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	17.316	15.450
2.02.01.03.01	Provisões para Contingências	17.316	15.450
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	3.062	3.147
2.02.01.06.01	Parcelamento de Tributos	3.062	3.147
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	27.903	28.623
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	441.778	438.110
2.04.01	Capital Social Realizado	295.237	295.237
2.04.02	Reservas de Capital	96.482	96.482
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	13.657	13.657
2.04.04.01	Legal	1.365	1.365
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	12.292	12.292
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	36.402	32.734
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 30/06/2008	4 - 01/01/2008 a 30/06/2008	5 - 01/04/2007 a 30/06/2007	6 - 01/01/2007 a 30/06/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	351.040	699.235	316.245	316.245
3.01.01	Receitas de Mensalidades	346.434	688.715	310.968	310.968
3.01.02	Outras	4.606	10.520	5.277	5.277
3.02	Deduções da Receita Bruta	(113.000)	(223.649)	(105.327)	(105.327)
3.02.01	Gratuidades - Bolsas de Estudos	(89.476)	(177.804)	(86.724)	(86.724)
3.02.02	Devoluções de Mensalidades e Taxas	(843)	(1.970)	(679)	(679)
3.02.03	Descontos Concedidos	(11.910)	(22.752)	(8.456)	(8.456)
3.02.04	Impostos	(10.771)	(21.123)	(9.468)	(9.468)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	238.040	475.586	210.918	210.918
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(159.290)	(301.444)	(141.521)	(141.521)
3.05	Resultado Bruto	78.750	174.142	69.397	69.397
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(72.668)	(133.533)	(64.582)	(64.582)
3.06.01	Com Vendas	(12.295)	(15.786)	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(65.828)	(131.728)	(65.100)	(65.100)
3.06.03	Financeiras	5.787	14.345	518	518
3.06.03.01	Receitas Financeiras	7.595	18.348	1.986	1.986
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.808)	(4.003)	(1.468)	(1.468)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	2.086	3.794	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(2.418)	(4.158)	0	0
3.06.05.01	Amortização de Ágio	(2.418)	(4.158)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	6.082	40.609	4.815	4.815
3.08	Resultado Não Operacional	(1.382)	(1.085)	(1.905)	(1.905)
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	(1.382)	(1.085)	(1.905)	(1.905)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	4.700	39.524	2.910	2.910
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.032)	(3.122)	(1.513)	(1.513)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 30/06/2008	4 - 01/01/2008 a 30/06/2008	5 - 01/04/2007 a 30/06/2007	6 - 01/01/2007 a 30/06/2007
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	3.668	36.402	1.397	1.397
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	235.755	235.755	200.000	200.000
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,01556	0,15441	0,00698	0,00698
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				



2T08

Cotação - ESTC3

R\$19,82/ ação - 13/08/2008

Quantidade de Ações

78.585.066

Valor de Mercado

R\$1,558 bilhões

Free Float

25,3%

Teleconferências: 14/08/2008

Português

11h (Brasília)

10h (US EST)

Tel.: +55 (11) 2188-0188

Replay: +55 (11) 2188-0188

Código: Estácio

Inglês

13h00 (Brasília)

12h00 (US EST)

Tel.: +1(412) 858-4600

Código: Estácio

Replay: +1(412) 317-0088

Código: 6090#

Contatos de RI:

Carlos Lacerda

+55 (21) 2433-9789

carlos.lacerda@estacio.br

Fernando Santino

+55 (21) 2433-9790

fernando.santino@estacio.br

ESTÁCIO REGISTRA RECEITA LÍQUIDA DE R\$238 MILHÕES NO 2T08, COM CRESCIMENTO DE 14% SOBRE O 2T07. EBITDA SOBE 25%.

Rio de Janeiro, 14 de Agosto de 2008 – A Estácio Participações S.A. (Bovespa, ESTC3; Bloomberg, ESTC3.BZ; Reuters, ESTC3.SA) comunica seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2008 (2T08). As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas de forma consolidada, em milhões de reais e conforme legislação societária brasileira.

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE, JOÃO ROSAS:

"É com grande satisfação que apresentamos os resultados do segundo trimestre de 2008 da Estácio Participações, primeira divulgação após a listagem de nossas ações no Novo Mercado.

Vivenciamos um processo de importantes transformações, após a aquisição de 20% do capital social da Estácio por veículo de investimento do GP Capital Partners IV, L.P, fundo de private equity gerido por GP Investments IV, Ltd., uma subsidiária integral da GP Investments Ltd. ("GP"), e a formalização de um acordo de acionistas entre a GP e os sócios fundadores estabelecendo regras para a gestão compartilhada da Companhia.

Estamos bastante motivados, confiantes e conscientes de nossos desafios, que consistem em alavancar o potencial de crescimento e o aumento de rentabilidade da Estácio, a partir da sua posição de destaque, conhecimento do setor e escala operacional, com as melhores técnicas de gestão.

Iniciamos a otimização da nossa estrutura organizacional, com redefinição de atribuições e a nomeação de uma nova diretoria, que buscará maximizar os resultados da Companhia, com forte disciplina no controle de custos e despesas, foco no crescimento e na qualidade de nossos cursos.

Encontra-se em implantação um novo modelo de gestão, a ser consolidado ao longo dos próximos meses, na medida em que desenvolvemos o ciclo de planejamento e monitoramento do desempenho da empresa.

Nosso modelo de gestão prioriza simplificar e padronizar nossos processos, indicadores de desempenho financeiro e operacional, os quais estarão alinhados com o planejamento e o orçamento da empresa. Estabelecemos metas de melhoria contínua e 'benchmarkings' sistemáticos, e promovendo a cultura da meritocracia. Foram desdobradas as metas e definidos um modelo de remuneração variável para os principais gestores da Companhia incluindo coordenadores de curso e diretores de campus e abrangendo, pela primeira vez, nossos professores.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Com esse modelo ampliamos a motivação do nosso pessoal e vamos identificar novos talentos na Estácio, além de estimular a busca contínua por melhorias de eficiência e conseqüentemente dos resultados financeiros e operacionais.

Dentro deste novo modelo de gestão, iniciamos um projeto para identificação e padronização das melhores práticas das nossas unidades sendo possível estendê-las à todos os campi no país. Centralizamos parte dos processos administrativos no Rio de Janeiro, tais como compras e negociação dos aluguéis, entre outros. Iniciamos esse projeto com a criação do Centro de Serviços Compartilhados e a Central de Ensino e temos como objetivo finalizá-lo até o final deste ano.

Durante o trimestre, concluímos a implantação do sistema SAP em todas as nossas unidades. O nosso sistema acadêmico (SIA), que operava apenas no Rio de Janeiro, foi implantado em Florianópolis e em São Paulo e deverá estar implantado nacionalmente até o final de 2008.

Para promover ainda mais o alinhamento de interesses dos acionistas controladores e minoritários, a Estácio aderiu ao Novo Mercado da Bovespa, passando a ter uma só classe de ação, com direito a voto. A implantação de um Conselho Fiscal, com três membros, um dos quais eleito por indicação dos minoritários, vem reforçar esse alinhamento.

Ao encerramento do trimestre, a Estácio Participações contava com cerca de 193 mil alunos nos cursos de graduação tradicional e politécnico, com crescimento de 12% sobre junho de 2007.

A Receita Líquida consolidada totalizou R\$238 milhões no trimestre (+13,7% sobre o 2T07). Mesmo sujeita a uma maior carga fiscal, já prevista, a Companhia registrou R\$13,2 milhões de EBITDA, superior em 24,6% ao registrado no 2T07.

O Lucro Líquido ajustado no 2T08 foi de R\$9,3 milhões, excluídas as despesas com amortização do ágio e despesas extraordinárias no trimestre. Esse resultado significa um acréscimo de 201% sobre o verificado no 2T07.

Para os próximos trimestres, consideramos a manutenção do cenário positivo e de demanda crescente de novos alunos. Nesse cenário, buscaremos a expansão das nossas operações através do crescimento orgânico e de aquisições selecionadas."

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

PRINCIPAIS DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS



Impulsionada pela melhora na captação e retenção, bem como pela incorporação de instituições adquiridas no período, nossa base expandiu para 192,8 mil alunos ao final do 2T08, crescimento de 12% sobre o 2T07;



O reajuste das mensalidades, de 6% em média, aliado ao crescimento da base de alunos, acarretou uma expansão de 13,7% na receita líquida do trimestre, frente a igual período do ano anterior;



As medidas implantadas pela Administração para otimização da estrutura acadêmica e administrativa impactaram favoravelmente o EBITDA, que cresceu 24,6% no trimestre, ano contra ano, apesar do aumento da alíquota do INSS sobre a folha de pagamento;



No segundo trimestre iniciamos o ciclo de captação (Vestibular) do segundo semestre e a renovação de matrícula dos nossos alunos. Embora a captação não tenha sido concluída, estamos otimistas com o andamento dos processos e consolidando a posição da Estácio como maior instituição privada de ensino superior no país.

Tabela 1 – Principais Indicadores Operacionais e Financeiros

	2T07	2T08	Var.%	1S07	1S08	Var.%
Base de alunos (final) - mil ¹	172,7	192,8	11,7%	172,7	192,8	11,7%
Base de alunos (média) - mil ¹	174,2	193,9	11,3%	175,3	190,7	8,8%
Mensalidade Média (R\$) ²	427	440	3,1%	433	447	3,3%
R\$ milhões						
Receita Bruta	314,6	351,0	11,6%	636,1	699,2	9,9%
Receita Líquida	209,4	238,0	13,7%	427,5	475,6	11,3%
Lucro Bruto	73,4	85,1	15,9%	166,1	186,7	12,4%
Margem Bruta (%)	35,1%	35,7%	0,6 p.p.	38,9%	39,3%	0,4 p.p.
EBITDA ex-aluguéis	27,8	33,1	19,2%	82,3	91,5	11,1%
Margem EBITDA ex-aluguéis (%)	13,3%	13,9%	0,6 p.p.	19,3%	19,2%	-0,1 p.p.
EBITDA ajustado ³	10,6	13,2	24,6%	47,0	50,7	7,9%
Margem EBITDA ajustada (%)	5,1%	5,5%	0,4 p.p.	11,0%	10,7%	-0,3 p.p.
Lucro Líquido Ajustado ⁴	3,1	9,3	200,7%	30,8	42,8	39,0%

(1) Inclui alunos bolsistas (PROUNI e outros)

(2) Receita Líquida / Base Média de alunos pagantes

(3) Ajustado, no 1S07, ao pagamento de impostos em janeiro de 2007 (SESES com fins lucrativos a partir de fev/07) e às despesas extraordinárias incorridas no 2T08

(4) Exclui amortização de ágio de aquisições

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

DESTAQUES DO TRIMESTRE

Durante o trimestre, importantes mudanças foram implementadas na Companhia, visando otimizar sua estrutura e introduzir um novo modelo de gestão, cabendo destacar os seguintes eventos:



Reestruturação Societária (Aquisição de participação pela GP)



Novo Conselho de Administração



Otimização da Estrutura Organizacional e Nomeação da Nova Diretoria



Stock Option e Novo Plano de Remuneração Variável



Reforma Acadêmica



Listagem no Novo Mercado



Instalação do Conselho Fiscal



Reestruturação Societária (Aquisição de participação pela GP)

Em 11 de maio de 2008, a Moena Participações S.A., controlada pela GP, assinou um acordo com os sócios fundadores da Estácio para a aquisição de participação de 20% do capital social da Estácio Participações S.A..

O ingresso da GP no quadro acionário da Estácio Participações tem como objetivo principal instrumentalizar uma aliança estratégica entre os sócios fundadores da Companhia e a GP, por meio da qual o controle da Estácio será compartilhado, visando a institucionalização e a criação de valor da Companhia mediante a gestão estratégica de seus negócios, na direção de crescimento e aumento de rentabilidade.

Os sócios fundadores e a GP, com intuito de estabelecer os termos e condições de sua aliança estratégica em relação à Companhia, firmaram um acordo de acionistas que define, entre outros itens, o exercício do direito de voto de forma integrada, a representatividade equivalente no Conselho de Administração, a co-participação na decisão e na escolha dos principais executivos e sua remuneração, deliberação e aprovação conjunta do Orçamento Anual e Plano de Negócios, acordo sobre aquisições e acordo de não competição.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A nova composição acionária após o ingresso da GP, da conversão das ações preferenciais em ordinárias e do grupamento das ações ordinárias, pode ser observado a seguir:

Tabela 2 - Composição Acionária - 11/07/08

Acionistas	ON	%
Sócios Fundadores	43.037.648	54,8
GP	15.717.013	20,0
Administradores e Conselheiros	7.581	0,0
Outros	19.822.824	25,2
Total	78.585.066	100,0



Novo Conselho de Administração

No dia 4 de junho, de acordo com os termos do Acordo de Acionistas, foram eleitos novos membros do Conselho de Administração. Sua composição buscou refletir o equilíbrio entre o vasto conhecimento do setor de ensino e o foco nas melhores práticas de gestão.

Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti, Presidente do Conselho, há 25 anos acompanha o desenvolvimento da Companhia, tendo sido responsável pela expansão nacional dos negócios, que resultou em aumento substancial do número de alunos, de 17 mil para os mais de 190 mil hoje existentes. Também sob sua orientação iniciou-se a reestruturação do grupo e a abertura de capital da Estácio Participações S.A..

João Baptista de Carvalho de Athayde, Vice-Presidente do Conselho, engenheiro civil, diretor da Estácio e responsável pelo planejamento das finanças da Companhia desde 2003, ex-diretor e membro do conselho de administração de diversas instituições financeiras e industriais.

Victorio Fernando Bhering Cabral, membro independente, advogado, administrador de empresas e economista, foi conselheiro/diretor da Villares, Elevadores Atlas, Aços Villares, Davos, Ibmecc, Codimec, CIEE, além de Vice-Presidente e Presidente da Abrasca e Presidente da CVM.

Francisco de Borges Souza Dantas, membro independente, com ampla experiência no mercado de capitais, foi diretor presidente do Banco Cambial, da Abico (Arab Brazilian Company), além de Conselheiro e Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Antonio Carlos Ribeiro Bonchristiano, Bacharel em política, filosofia e economia pela University of Oxford. Ingressou na GP em 1993, tendo se tornado sócio em 1995. É Co-Presidente do Conselho e Co-CEO da GP Investments. Atua como membro do conselho de administração da BR Properties, San Antonio e LA Hotels. Atuou anteriormente como membro do conselho de administração da ALL, Sé Supermercados, Gafisa, Submarino e Equatorial. Também foi diretor financeiro da SuperMar Supermercados e fundador e CEO do Submarino. Antes de entrar na GP, foi sócio da Johnston Associates, uma empresa de consultoria financeira com sede em Londres, e trabalhou para Salomon Brothers em Londres e Nova York.

Eduardo Alcalay, Bacharel em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e bacharel em direito pela Universidade de São Paulo. Ingressou como sócio na GP em 2005.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Atualmente é membro do conselho de administração da Hopi Hari e Magnesita. Atuou como membro do conselho de administração da Equatorial Energia. Tem mais de 15 anos de experiência em bancos de investimento, como sócio da Singular, uma boutique de consultoria em fusões e aquisições, e como chefe de fusões e aquisições no DLJ-Brazil e no Banco Garantia. Atuou anteriormente como vice-presidente sênior para desenvolvimento de negócios na UOL.

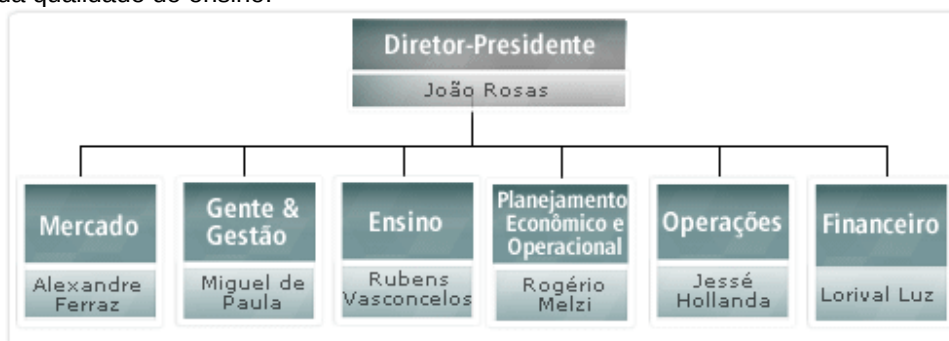
Mateus Gomes Ferreira, administrador de empresas, ingressou na GP em 2008. Antes de ingressar na GP, trabalhou 3 anos no time de Investment Banking do Banco Itaú BBA e 2 anos na área de Investment Banking do Banco UBS.

Maurício Luis Luchetti, membro independente, administrador de empresas, trabalhou na Brahma/Ambev como Diretor Regional e Diretor Corporativo de Gente e Gestão. Atuou no Grupo Votorantim como Diretor de Desenvolvimento Organizacional e COO.



Otimização da Estrutura Organizacional e Nomeação da Nova Diretoria

Em 01 de julho foi nomeada a nova diretoria executiva, formada por profissionais de grande experiência, oriundos de empresas com gestão focada em resultados e experientes profissionais da Estácio. Essa diretoria iniciou a implementação de um modelo de gestão que visa priorizar e padronizar processos e a monitoração de resultados através de indicadores de desempenho, os quais estarão alinhados às diretrizes estratégicas da empresa. Visará ainda promover uma cultura de meritocracia e valorização dos melhores talentos que assegure um adequado sistema de desdobramento de metas, vinculado a uma competitiva remuneração variável, com a manutenção da qualidade do ensino.



João Rosas, Diretor Presidente, engenheiro, com mestrado na Coppe e MBA na Fundação D. Cabral e no IBMEC. Iniciou sua carreira na Cia Vale do Rio Doce. Liderou a Unidade de Negócio Intermodal da ALL e a área de Mercado Consumidor da Infoglobo e foi consultor na K2 Achievements.

Jessé Holanda, Diretor de Operações, formado em Pedagogia e Letras, foi Pró-Reitor da FIC - Faculdades Integradas do Ceará, controlada pela Estácio, diretor de Educação da Fundação e Diretor da Escola Técnica da CSN, membro do Conselho da CBS, Diretor Acadêmico e Geral da Fundação Oswaldo Aranha.

Rubens Vasconcelos, Diretor de Ensino, engenheiro, com mestrado (MSc Business Studies) na London Business School, membro do Conselho de Administração e superintendente geral da Cultura Inglesa, Diretor Geral de Operações da Máxima Consultoria, Diretor Financeiro das empresas Cougar.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Alexandre Ferraz, Diretor de Mercado, engenheiro de sistemas com MBA na Coppead, Foi Gerente Geral, de Vendas e de Marketing Corporativo da Infoglobo.

Miguel de Paula, Diretor de Gente e Gestão, administrador de empresas, com Pós-graduação em Recursos Humanos e Gestão Empresarial (FGV), MBA em Gestão do Varejo (USP), Foi Diretor de Gente da Farmasa, Diretor de R.H. da Votorantim e Gerente de Recursos Humanos da Gerdau.

Rogério Melzi, Diretor de Planejamento Econômico e Operacional, engenheiro, com MBA pela Stanford University, Diretor Financeiro da Suzano, Supply Chain Planning & Performance Officer na Inbev/Labatt, Gerente de Orçamento na Ambev, Associate na Booz-Allen.

Lorival Luz, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, administrador de empresas, com especialização em Corporate Finance, Exposure, Risk and Liquidity Management, foi executivo do Citibank no Brasil, onde exerceu as funções de Diretor Executivo de Tesouraria do Banco Credicard, Corporate Bank Chief of Staff e Gerente de Relacionamento Sênior, Gerente Sênior de Tesouraria e Produtos de Financiamento e Analista de Consultoria Financeira.



Stock Option e Novo Plano de Remuneração Variável

No dia 13 de junho de 2008 foi aprovado Plano de Opção de Compra de Ações para os gestores da Companhia. O Plano visa alinhar os interesses estratégicos de longo prazo à remuneração de seus principais executivos, que passam a ter parte importante de sua compensação vinculada ao aumento do valor da empresa. A diluição máxima é de 5,0%, sendo que 3,1% do capital social já foi alocado aos principais executivos.

Devemos finalizar até o final do 3T08 uma nova política de remuneração variável para os níveis executivos, coordenadores acadêmicos e professores, alinhando as diretrizes de orçamento e resultados compromissados com o Conselho de Administração ao pagamento de bônus aos elegíveis.



Reforma Acadêmica

Dando continuidade à Reforma Acadêmica iniciada em 2007, durante o semestre, foi implantado o projeto de modularização, com entrada flexível, para 22 dos cerca de 40 cursos de graduação no Rio de Janeiro.

Além disso, implantamos a nacionalização dos cursos de Administração, Contabilidade, Recursos Humanos e Redes de Computadores. A conclusão dessa etapa possibilitou o oferecimento de duas disciplinas através de educação à distância (telepresenciais) a cerca de 6.500 alunos das nossas unidades em diversos estados. O próximo passo será estender a nacionalização dos cursos de Comunicação e das áreas de saúde e tecnologia, projeto iniciado no 1º semestre, com a participação de equipes formadas por professores de todas as unidades.

Outro item de destaque foi a consolidação e otimização do número de turmas formadas em disciplinas comuns a diversos cursos, tais como Língua Portuguesa e Empreendedorismo, que passaram a ser ofertadas a mais de 35 mil alunos em nossas unidades do Rio de Janeiro.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Essas iniciativas deverão resultar em aumento do número de alunos por turma, com conseqüente redução de custos, com foco na manutenção e melhoria da qualidade do ensino.



Listagem no Novo Mercado

Visando adequar sua gestão às melhores práticas de Governança Corporativa, a Estácio aderiu ao Novo Mercado da Bovespa. Para atender aos requisitos do Novo Mercado, a Companhia fez alterações no seu Estatuto Social, entre elas a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, com direito a voto. Após a conversão, a Companhia realizou grupamento das ações ordinárias na proporção de uma ação para cada três ações detidas.

A partir do dia 11 de julho, as ações ordinárias da Estácio passaram a ser negociadas no Novo Mercado, nível mais alto de Governança da BOVESPA, sob o código ESTC3, com deslistagem das antigas Units.



Instalação do Conselho Fiscal

Como parte da adoção de melhores práticas de governança, foi instalado um Conselho Fiscal, com profissionais altamente qualificados, para fiscalizar as contas da Companhia, rever as demonstrações financeiras e exercer outras atribuições previstas em Lei. O Conselho Fiscal possui a seguinte composição:

Emanuel Schifferle, engenheiro, com vasta experiência em assessoria a empresas em programas de reestruturação, aquisição e gestão transitória tais como: BR Malls, BMA, Playcenter, Telemar, Artex, Ambev e ALL.

Douglas Woods, contador, foi sócio de auditoria da PWC, membro da diretoria executiva da PWC na América do Sul e Diretor de Recursos Humanos, membro do Conselho Fiscal da Petroquímica União e membro do Conselho Fiscal da Arcelor.

Rodrigo Magela, economista, foi analista de renda variável e membro do comitê de investimentos da ARX Capital Management. Trabalhou por sete anos como analista de pesquisa ("sell-side") no Banco Pactual.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ANÁLISE DOS RESULTADOS – 2T08

Devido à forte sazonalidade do negócio, concentramos nossa análise na comparação com iguais períodos do ano anterior.

A sazonalidade em relação ao primeiro e terceiro trimestres se verifica principalmente:

- (a) pela evasão de alunos, sem o correspondente ingresso de novos alunos através dos vestibulares, que são realizados duas vezes no ano, no primeiro e terceiro trimestres;
- (b) pela maior atividade nos campi, pressionando os custos variáveis, uma vez que os períodos de férias ocorrem no primeiro e terceiro trimestres;
- (c) pela menor recuperação de créditos, impactando a inadimplência, uma vez que a quitação de parcelas em atraso é pré-condição para a renovação de matrícula, o que ocorre no primeiro e terceiro trimestres;
- (d) pelo maior custo com docentes, com a completa alocação dos professores às classes, o que não se verifica no primeiro e terceiro trimestre, quando as turmas ainda estão em formação, sendo que neste último ocorrem ainda as férias anuais do corpo docente.

As tabelas com as demonstrações de resultados encontram-se no final deste relatório.

RECEITA

A tabela 3, a seguir, apresenta a abertura e as variações da receita, nos períodos considerados.

Tabela 3 – Composição da Receita

R\$ milhões	2T07	2T08	Var.%	1S07	1S08	Var.%
Mensalidades	311,0	346,4	11,4%	627,1	688,7	9,8%
Outras	3,6	4,6	27,7%	9,0	10,5	17,0%
Receita Bruta das Atividades	314,6	351,0	11,6%	636,1	699,2	9,9%
Deduções da Receita Bruta	(105,2)	(113,0)	7,4%	(208,6)	(223,6)	7,2%
Gratuidades - Bolsas de Estudo	(86,7)	(89,5)	3,2%	(173,5)	(177,8)	2,5%
Devolução de Mensalidades e Taxas	(0,7)	(0,8)	24,2%	(1,7)	(2,0)	14,0%
Descontos Concedidos	(8,5)	(11,9)	40,9%	(16,6)	(22,7)	36,6%
Impostos	(9,3)	(10,8)	15,6%	(16,8)	(21,1)	26,0%
Receita Líquida das Atividades	209,4	238,0	13,7%	427,5	475,6	11,3%

A receita bruta teve um crescimento de 11,6% no 2T08 e de 9,9% no primeiro semestre, devido ao aumento da base média de alunos (11,3% e 8,8%, respectivamente), decorrente da melhoria na captação e retenção e às aquisições, aliada ao aumento médio de 6% das mensalidades, em contrapartida à mudança no *mix* de alunos (crescimento mais forte na graduação tecnológica, de mensalidades mais baixas).

Na linha de deduções da receita bruta, ressalta-se: a) o impacto da rubrica de impostos, tendo em vista a mudança de status da SESES para sociedade com fins lucrativos em fevereiro de 2007 - seis meses de impostos na SESES no 1S08, contra apenas cinco meses no 1S07; b) relativa

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

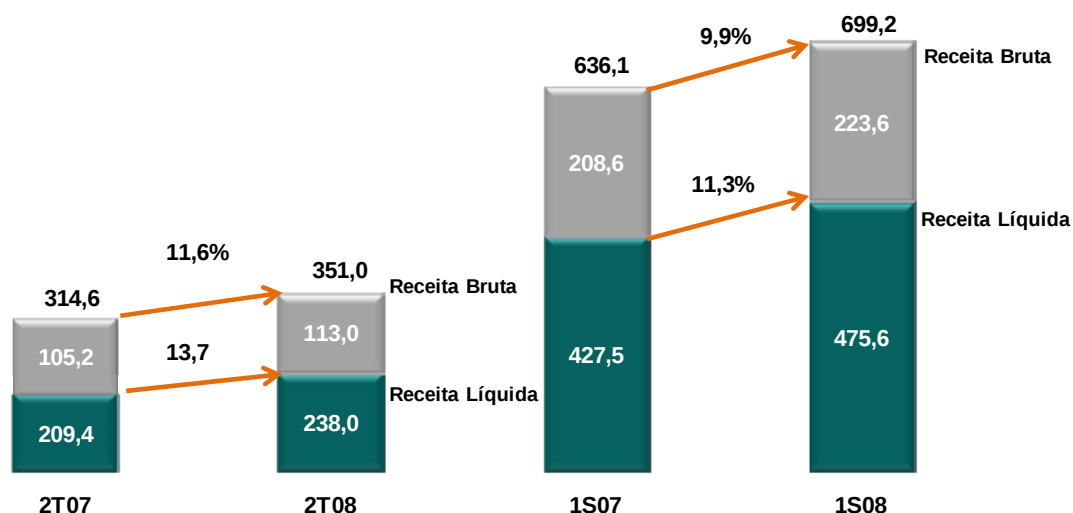
08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

estabilidade na linha de gratuidades e bolsas (menor participação de bolsas pela regra da filantropia/SESES e maior participação do PROUNI).

O acréscimo da receita líquida foi de 13,7% sobre o 2T07 e de 11,3% sobre o 1S07. O maior aumento da receita líquida frente à receita bruta deve-se à redução relativa no montante de gratuidades e bolsas oferecidas.

Gráfico 1 – Evolução da Receita (R\$ milhões)



CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP)

No 2T08, o CSP totalizou R\$152,9 milhões e apresentou queda como percentual da receita líquida frente ao 2T07 (64,9% x 64,3% no 2T08). Apesar do aumento da carga tributária, os custos com pessoal docente como percentual da receita líquida tiveram queda de 0,6 p.p. (50,1%, no 2T07, para 49,5%, no 2T08). Iniciativas para redução de gastos com serviços públicos, como energia, água, gás e telefone, recém implementadas, também começam a apresentar resultados (queda de 3,8% da receita líquida no 2T07 para 3,3%, no 2T08).

No primeiro semestre de 2008, o CSP totalizou R\$288,9 milhões, também apresentando queda em relação à receita líquida frente ao 1S07, de 0,4 p.p.

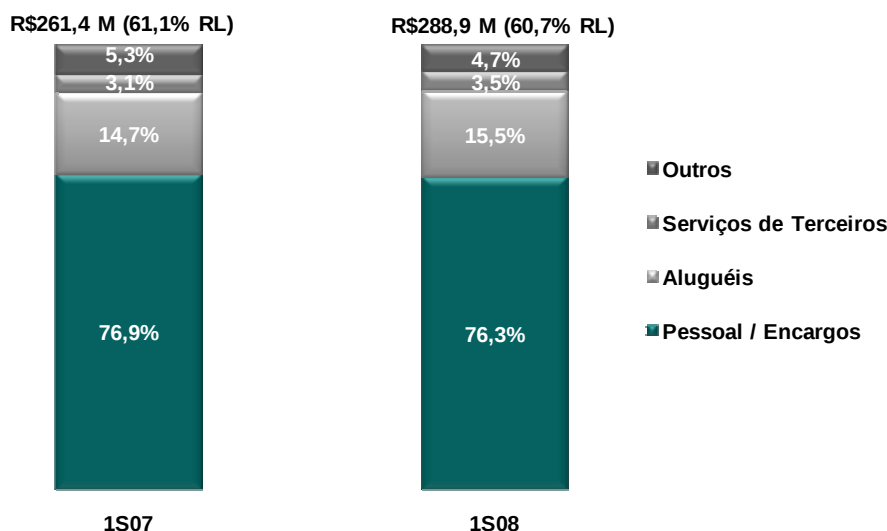
Os principais itens que compõem o CSP podem ser observados no gráfico a seguir.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Gráfico 2 – Composição do Custo de Serviços Prestados



LUCRO BRUTO

O lucro bruto cresceu 15,9% no 2T08 frente ao 2T07 e 12,4% no 1S08, conforme apresentado na tabela a seguir. Os ganhos de margem decorreram principalmente da variação superior da receita sobre custos com docentes e serviços de utilidade pública.

Para possibilitar a comparação em bases equivalentes, ajustamos o lucro bruto do 1S07 para refletir a não incidência de impostos na SESES em janeiro de 2007.

Tabela 4 – Lucro Bruto

R\$ milhões	2T07	2T08	Var.%	1S07	1S08	Var.%
Receita Líquida	209,4	238,0	13,7%	427,5	475,6	11,3%
CSP	(136,0)	(152,9)	12,5%	(261,4)	(288,9)	10,5%
Lucro Bruto	73,4	85,1	15,9%	166,1	186,7	12,4%
<i>Margem Bruta</i>	<i>35,1%</i>	<i>35,7%</i>	<i>0,6 p.p.</i>	<i>38,9%</i>	<i>39,3%</i>	<i>0,4 p.p.</i>
<i>Lucro Bruto Ajustado</i>	<i>73,4</i>	<i>85,1</i>	<i>15,9%</i>	<i>161,8</i>	<i>186,7</i>	<i>15,4%</i>
<i>Margem Bruta Ajustada</i>	<i>35,1%</i>	<i>35,7%</i>	<i>0,6 p.p.</i>	<i>38,1%</i>	<i>39,3%</i>	<i>1,2 p.p.</i>

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

DESPESAS COMERCIAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DGA)

No 2T08, as DGA totalizaram R\$75,2 milhões, aumento de 18,9%, representando 31,6% da receita líquida, contra 30,2% no 2T07. Parte do aumento no 2T08 deve-se a despesas extraordinárias de R\$2,2 milhões, principalmente com demissões, que representaram 0,9% da receita líquida no trimestre.

O aumento, ano contra ano, deve-se a maiores despesas com publicidade (2,9% da receita líquida, frente a 1,6% no 2T07) e com serviços de terceiros, notadamente consultoria contábil, jurídica e de negócios em processos de aquisições e suporte à reestruturação da empresa.

Por outro lado, a despesa com pessoal administrativo como percentual da receita apresentou queda (de 12,7% no 2T07 para 11,4% no 2T08), apesar do aumento de alíquota do INSS (R\$1,1 milhão, equivalente a 0,5% da receita líquida). As provisões para devedores duvidosos representaram 5,2% da receita líquida, versus 5,3% no 2T07.

No 1S08, as despesas totalizaram R\$142,2 milhões (29,9% da receita líquida, versus 27,2% no 1S07), sendo que o aumento sobre o 1S07 decorre dos mesmos fatores que impactaram o trimestre, citados anteriormente.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Os gastos com depreciações e amortizações aumentaram de R\$5,9 milhões no 2T07 (2,8% da receita líquida), para R\$9,6 milhões no 2T08 (4,0% da receita líquida), e de R\$11,3 milhões no 1S07 (2,7% da receita líquida) para R\$18,3 milhões no 1S08 (3,8% da receita líquida). Essas despesas foram impactadas pela amortização de ágio de aquisições de R\$2,4 milhões no 2T08 e R\$4,2 milhões no 1S08. Excluindo a amortização do ágio, esses gastos cresceram 22,0% no 2T08 e 24,8% no 1S08, devido ao aumento dos investimentos no período.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro alcançou R\$5,8 milhões no 2T08, tendo crescido R\$5,3 milhões em relação ao 2T07 em decorrência do aumento de disponibilidades, pela captação via Oferta Pública Inicial de Ações e geração de caixa no período, como se observa na tabela a seguir.

As receitas financeiras tiveram uma redução extraordinária de R\$1,0 milhão no 2T08, em função de ajuste de saldos no Contas a Receber, para convergir para as práticas contábeis internacionais (IFRS).

Tabela 5 – Resultado Financeiro

R\$ milhões	2T07	2T08	1S07	1S08
Receitas financeiras	2,0	7,6	6,2	18,3
Despesas financeiras	(1,5)	(1,8)	(3,3)	(4,0)
Resultado Financeiro	0,5	5,8	2,9	14,3

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

EBITDA

No 2T08, o EBITDA (lucro antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações) da Companhia alcançou R\$13,2 milhões em bases recorrentes, com um crescimento de 24,6% sobre o 2T07.

No 1S08, o EBITDA totalizou R\$50,7 milhões, com margem de 10,7%. No 1S07, o EBITDA ajustado aos impostos foi de R\$47,0 milhões, com margem de 11,0%. Os impostos sobre a SESES contemplaram apenas cinco meses no 1S07, devido à sua transformação, em fevereiro de 2007, em empresa com fins lucrativos, favorecendo o EBITDA em R\$6,0 milhões.

Tabela 6 – EBITDA

R\$ milhões	2T07	2T08	Var.%	1S07	1S08	Var.%
Lucro Operacional	4,8	6,1	26,3%	41,6	40,6	-2,3%
Depreciação e Amortização	5,9	9,6	63,1%	11,3	18,3	61,2%
Resultado Financeiro ¹	(0,1)	(5,7)	-	0,1	(10,4)	-
Receitas / Despesas Extraordinárias	-	3,2	-	-	2,2	-
Ajustes Impostos	-	-	-	(6,0)	-	-
EBITDA Ajustado	10,6	13,2	24,6%	47,0	50,7	7,9%
Margem EBITDA Ajustada	5,1%	5,5%	0,4p.p.	11,0%	10,7%	-0,3p.p.
EBITDA Ex-Aluguéis	27,8	33,1	19,2%	82,3	91,5	11,1%
Margem EBITDA Ex-Aluguéis	13,3%	13,9%	0,6p.p.	19,3%	19,2%	-0,1p.p.

1. exclui receitas com multas e despesas de cobranças

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido no trimestre somou R\$3,7 milhões. Excluindo-se o impacto da despesa de amortização de ágio de aquisição e despesas extraordinárias, o lucro líquido ajustado no 2T08 foi de R\$9,3 milhões (+200,7% sobre o 2T07).

No semestre, o lucro ajustado somou R\$42,8 milhões (+16,0% sobre o 1S07), com margem de 9,0%, como observado na tabela a seguir.

Tabela 7 – Lucro Líquido

R\$ milhões	2T07	2T08	Var.%	1S07	1S08	Var.%
Lucro Líquido	3,1	3,7	18,4%	36,8	36,4	-1,2%
Amortização de ágio de aquisição	-	2,4	-	-	4,2	-
Receitas / Despesas extraordinárias	-	3,2	-	-	2,2	-
Ajustes Impostos	-	-	-	(6,0)	-	-
Lucro Líquido Ajustado	3,1	9,3	200,7%	30,8	42,8	39,0%
Margem Líquida	1,5%	3,9%	2,4p.p.	7,2%	9,0%	1,8p.p.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

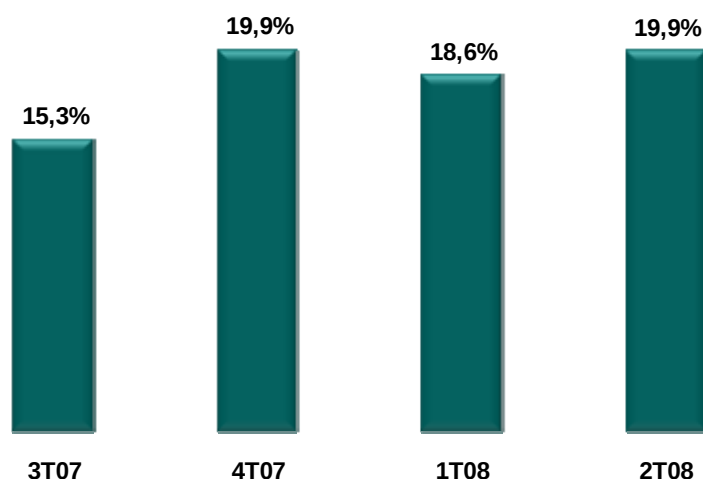
08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO (ROE)

A Estácio opera sob um modelo de negócios "Asset Light", em que a quase totalidade de nossos campi são alugados, sendo a maioria através de parcerias imobiliárias. Esse modelo propicia maior agilidade na abertura de novas unidades e garante flexibilidade na estruturação e gestão de nossa rede. Nossas parcerias imobiliárias reduzem a necessidade de aquisição e imobilização de ativos. Por conseguinte, a Companhia tem apresentado um retorno sobre o patrimônio líquido superior à média do setor. No 2T08, esse indicador foi de 19,9% (LL/PL).

Gráfico 3 – Evolução do Retorno sobre o PL¹



(1) Lucro líquido ajustado dos últimos 12 meses / Patrimônio Líquido do trimestre.

ENDIVIDAMENTO

A posição de caixa líquida evoluiu para R\$255,9 milhões ao final do 2T08, como se observa na tabela a seguir, em função da captação líquida de R\$252,1 milhões, via Oferta Pública Inicial de Ações (OPA) realizada em julho de 2007 e da geração de caixa no período.

Tabela 8 – Endividamento

R\$ milhões	1S07	1S08
Curto Prazo	1,9	0,3
Longo Prazo	0,1	-
Total	2,0	0,3
Disponibilidades	43,2	256,2
Caixa Líquido	41,2	255,9

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

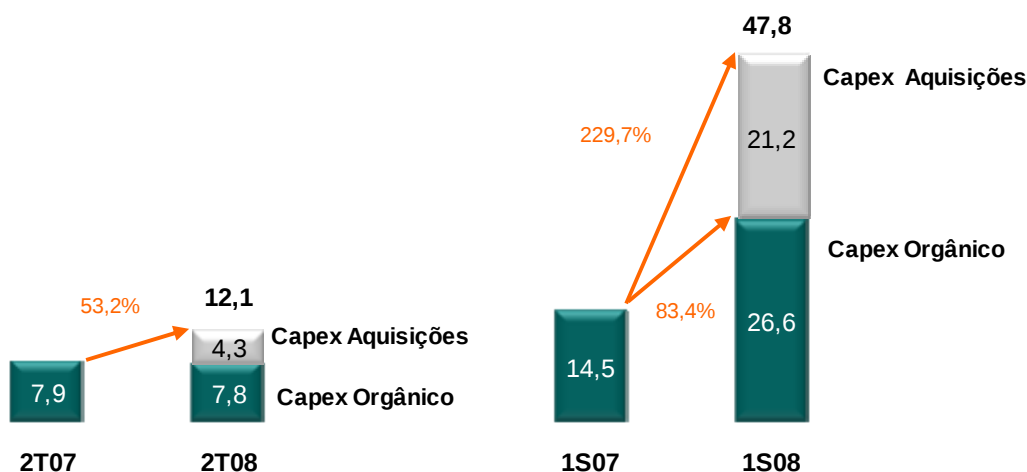
08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

INVESTIMENTOS (Capex)

No segundo trimestre de 2008, os investimentos somaram R\$12,1 milhões. O Capex orgânico somou R\$7,8 milhões, representando 3,3% da receita líquida, alocado a investimentos operacionais correntes, integração nacional, reestruturação e expansão.

No semestre, o Capex orgânico somou R\$26,6 milhões (5,6% da receita líquida). Os investimentos operacionais correntes somaram R\$17,6 milhões e cerca de R\$4,0 milhões foram alocados ao projeto de integração nacional. As aquisições no período somaram R\$21,2 milhões (R\$16,9 milhões com a aquisição das Faculdades Interlagos, European e Brasília, em fevereiro de 2008 e R\$4,3 milhões com a Faculdade Magister em junho de 2008).

Gráfico 4 – Investimentos (R\$ milhões)



02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

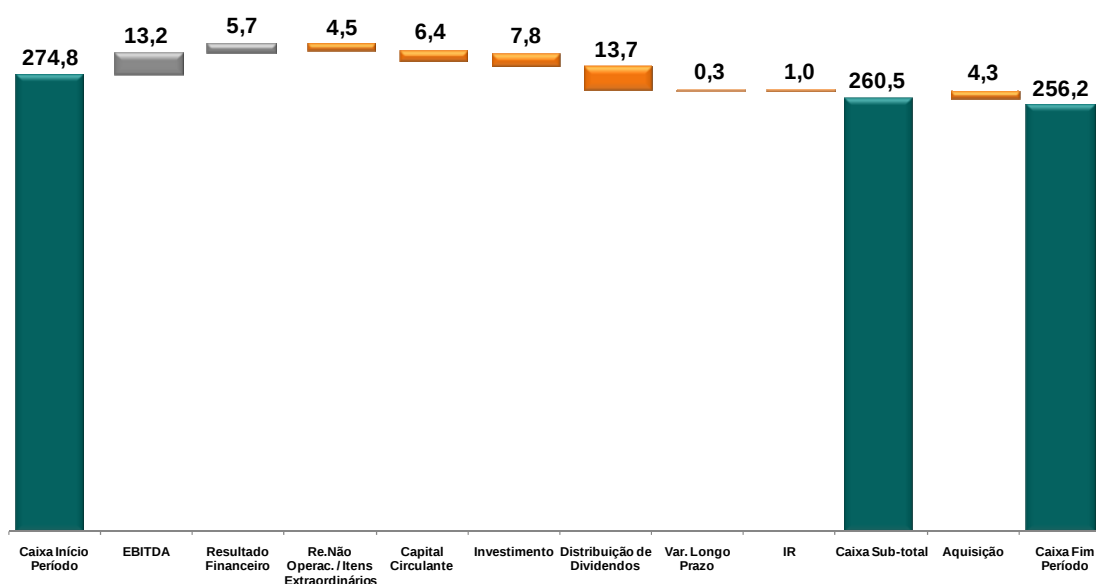
08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

FLUXO DE CAIXA

No 2T08, a Companhia gerou um caixa de R\$13,8 milhões que, somado às disponibilidades existentes, foi utilizado para pagamento de dividendos (R\$13,7 milhões), investimento orgânico (R\$7,8 milhões) e aquisição (R\$4,3 milhões), resultando em uma posição de caixa de R\$256,2 milhões ao final do período, como observado no gráfico a seguir.

Gráfico 5 - Fluxo de Caixa 2T08 (R\$ milhões)



02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

OUTROS EVENTOS

Formador de Mercado

No dia 2 de junho, a Estácio comunicou ao mercado a contratação do Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários para exercer a função de agente formador de mercado de suas ações, com o objetivo de fomentar a liquidez das ações de emissão da Estácio Participações.

Nova Aquisição em São Paulo

No dia 03 de junho, a Estácio anunciou a aquisição da Faculdade Magister no Estado de São Paulo, com aproximadamente 1,1 mil alunos, pelo montante de R\$4,3 milhões. Essa aquisição viabilizou a operação de um novo campus da Uniradial, o Campus Marajoara, recebendo 900 alunos por ela propiciados, além de outros 600 transferidos de outras unidades, antecipando, em um ano, o crescimento previsto para a nova unidade.

Nova Aquisição no Paraguai

No dia 28 de julho, a Empresa informou ao mercado que o Conselho de Administração autorizou a Diretoria a iniciar os procedimentos para a aquisição de participação societária na Sociedad de Enseñanza Superior S.A. ("SESSA"), com sede na Cidade de Assunção, Paraguai, mantenedora da Universidad de la Integración de las Americas – UNIDA.

O investimento nessa aquisição deverá ser equivalente ao valor patrimonial contábil da SESSA, de aproximadamente R\$2,4 milhões, em conformidade com o Memorando de Entendimentos firmado entre a Companhia e seus acionistas controladores em 07 de abril de 2007.

A UNIDA oferece cursos de graduação nas áreas de administração, marketing, direito, educação, informática, educação física, medicina e enfermagem, entre outros.

A Companhia divulgará fato relevante ao mercado assim que finalizados os procedimentos relativos a esta aquisição.

Mudança para IFRS / Adequação Estácio (Lei 11.638/07)

Em 28 de dezembro de 2007 foi sancionada a Lei nº 11.638 que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e à Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976. O principal objetivo dessas alterações e introduções é a de atualizar a legislação societária brasileira para permitir a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as práticas internacionais de contabilidade definidas pelas normas emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Os requerimentos dessa Lei aplicam-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2008. Esses requisitos não se enquadram como mudanças de circunstâncias ou de estimativas e, portanto, a adoção de novas práticas introduzidas pela Lei 11.638/07 deve ser, como regra geral, demonstrada retrospectivamente, ou seja, mediante a aplicação dessas novas práticas contábeis como se essas práticas estivessem em uso durante todos os períodos apresentados, observando-se a norma que trata de "Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros", aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Deliberação nº 506.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Dessa forma, as mudanças de práticas contábeis são registradas nos livros contábeis como ajustes de exercícios anteriores, todavia o seu impacto é alocado a cada uma dos períodos apresentados. No caso específico da Companhia, em que as demonstrações financeiras do exercício que se finda em 31 de dezembro de 2008 serão apresentadas de forma comparativa com os valores de 2007, os ajustes serão demonstrados aos saldos iniciais (1 de janeiro de 2007), de forma que os dois exercícios serão apresentados observando-se as mesmas práticas contábeis.

Em 2 de maio de 2008, a CVM emitiu a Instrução nº 469 que normatizou parcialmente a Lei nº 11.638/07, estabelecendo os requisitos mínimos a serem observados na apresentação das informações trimestrais (ITR) durante 2008. A Administração da Companhia aplicou a Lei nº 11.638/07 em conformidade com a Instrução CVM nº 469 na apresentação das suas ITR durante 2008.

Dentre as principais alterações nas normas contábeis introduzidas pela referida Lei, estão sendo destacados abaixo aquelas que, numa análise preliminar efetuada pela Administração, podem vir a impactar, de forma relevante, as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas do exercício que se finda em 31 de dezembro de 2008:

- Análise da recuperabilidade dos ativos imobilizado, intangível e diferido conforme estabelecido pelo Pronunciamento 01 do CPC, aprovado pela Deliberação CVM nº 527. Estão sendo preparados laudos de avaliação do ativo imobilizado, intangível e diferido conforme requerido pela Deliberação CVM nº 527. Estudos preliminares não apresentaram indicações de efeitos relevantes na aplicação desse normativo.
- Remuneração de Diretores e empregados com base em ações. Em 15 de julho de 2008, foi aprovado o Plano de outorga de opções de compra de ações aos administradores e principais executivos. Este assunto ainda não foi normatizado pela CVM e por se tratar de evento subsequente a apresentação das informações trimestrais de 30 de junho de 2008, o referido plano não tem efeito sobre as demonstrações financeiras do período corrente.
- Arrendamento Mercantil de bens utilizados na manutenção dos negócios. A Companhia possui aproximadamente 280 contratos de arrendamento mercantil, do tipo financeiro, que de acordo com o item IV do artigo 179 da lei das SAs, alterado pela Lei 11.638/07 passam a ser elegíveis e classificados como ativo imobilizado depreciable, registrando-se a obrigação existente, enquanto anteriormente, o registro se dava pelo pagamento das contra prestações que eram contabilizadas como despesas de aluguel. Os saldos ajustados e o efeito esperado no resultado, decorrente dessa mudança é assim resumido:

(R\$ Mil)	Saldos em 31/03/2008			Saldos em 30/06/2008		
	Antes dos ajustes	Impacto	Após os ajustes	Antes dos ajustes	Impacto	Após os ajustes
Impactos no Balanço						
Saldo Ativo: Imobilizado Leasing	174.226	2.354	176.580	171.727	1.201	172.928
Saldo Passivo: Arrendamento a pagar	-	5.214	5.214	-	4.047	4.047
Impactos no Resultado						
Despesa de Depreciação	(6.889)	(676)	(7.565)	(14.109)	(1.058)	(15.167)
Despesa de Juros	-	(480)	(480)	-	(835)	(835)
Despesa de Leasing	(919)	919		(1.692)	1.669	(23)
Total Efeito no Resultado	(7.808)	(237)	(8.045)	(15.801)	(224)	(16.025)

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Adicionalmente, a Companhia possui aproximadamente 60 contratos de arrendamento de imóveis e terrenos, para os quais foram contratados profissionais especializados, a fim de avaliar o valor de mercado dos ativos e, desta forma, concluir sobre o tipo de arrendamento o qual se enquadra os respectivos contratos (operacional e financeiro). Em função do assunto não ter sido normatizado pela CVM, a Companhia está analisando tais contratos com base nos conceitos emanados pelo IASB, através do International Accounting Standard - IAS 17 e International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC 4.

O valor das despesas mensais com arrendamento de imóveis e de terrenos é de aproximadamente R\$6,5 milhões.

O efeito demonstrado no quadro acima e os eventuais impactos decorrentes da mudança de classificação dos arrendamentos de imóveis e terrenos, de operacional para financeiro, estarão refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, comparativamente ao exercício anterior, conforme facultado pela CVM.

- Os ativos e passivos de longo prazo devem ser ajustados pelo seu valor presente (AVP). Os demais saldos devem ser ajustados ao seu valor presente, apenas quando houver efeito relevante nas demonstrações financeiras. Para os ativos e passivos de longo prazo estudos preliminares não apresentam diferenças significativas e a Administração da Companhia entende que a referida mudança não deverá causar impacto significativo nas demonstrações financeiras para o exercício que se finda em 31 de dezembro de 2008.
- Nas operações relacionadas à combinação de negócios realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada, ou decorrente de fusão ou cisão, serão contabilizados pelo valor de mercado. A Companhia está analisando a amortização do saldo remanescente do ágio de R\$ 49,9 milhões em 30 de junho de 2008 (R\$ 51,6 milhões em 31 de março de 2008). Neste trimestre, houve amortização de ágio no montante de R\$1,8 milhão (R\$1,8 milhão em 31 de março de 2008).

A Administração da Companhia está efetuando uma análise detalhada para identificar e mensurar a valor de mercado os ativos e passivos decorrentes desta aquisição.

- Criação de novo subgrupo de contas, intangível, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Os principais efeitos da aplicação da Lei nº 11.638/07 identificados referem-se a reclassificações entre itens do ativo permanente decorrentes da criação do subgrupo de contas Intangível para registrar os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, e da revisão dos itens classificáveis no diferido e serão registradas nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 2008. Os efeitos das reclassificações nos saldos das contas do ativo permanente encontram-se descritos e quantificados a seguir em 30 de junho e 31 de março de 2008:

(R\$ Mil)	Saldos em 31/03/2008			Saldos em 30/06/2008		
	Antes das reclassificações	Valores	Após as reclassificações	Antes das reclassificações	Valores	Após as reclassificações
Investimento(a)	68.093	-68.093	-	69.983	-69.983	-
Imobilizado (b)	174.226	-6.441	167.785	171.727	-6.366	165.361
Intangível	-	74.534	74.534	-	76.349	76.349
	242.319	-	242.319	241.710	-	241.710

(a) Reclassificação do ágio oriundo da aquisição de empresas atualmente classificados como investimentos para o intangível
(b) Reclassificação de direitos de utilização de softwares atualmente registrados no imobilizado para o intangível no montante de R\$6,4 milhões (R\$6,4 milhões em 31 de março)

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Encontra-se em processo de emissão, o pronunciamento técnico CPC-04, Ativos Intangíveis. Este pronunciamento entre outras medidas determina a cessação da amortização dos ágios pagos na aquisição de investimentos, em decorrência de expectativa de rentabilidade futura, os quais, deverão ser testados anualmente objetivando confirmar que são recuperáveis e reduzidos ao valor recuperável mediante o registro de uma provisão se necessário. Caso este pronunciamento se torne obrigatório para aplicação no exercício a encerrar-se em dezembro de 2008, o resultado do período findo em 30 de junho de 2008 e o patrimônio líquido da Companhia poderão ser aumentados em R\$4,2 milhões em decorrência da não amortização dos ágios existentes.

- Modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional: A Companhia pretende desenvolver estudos mais detalhados, permitindo assim uma adequada contabilização e divulgação do assunto.
- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA no conjunto das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia irá apresentar a referida demonstração de valor adicionado quando da preparação das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2008.
- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação dessa introdução em sua estrutura de controles internos para melhor definir a prática a ser adotada.

As demais alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 não deverão provocar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 ou não são aplicáveis, a saber:

- As aplicações financeiras são basicamente provenientes de sobras de caixa que são aplicados em um único fundo exclusivo, cujos ativos são consolidados às demonstrações financeiras da Companhia. A carteira do fundo exclusivo é composta basicamente de títulos vencíveis há mais de 90 dias. Em 30 de junho de 2008, os títulos do fundo estavam classificados na categoria de ativos para negociação, que estão registrados pelo valor de mercado, onde os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Assim sendo, a alteração na norma contábil não deve apresentar efeitos relevantes no fim do exercício e nos trimestres apresentados.
- Reavaliações do ativo imobilizado – Estão proibidas novas reavaliações do ativo imobilizado. A Companhia não possui reavaliação dos seus ativos, logo não será impactada por essa alteração.
- De forma similar, as mudanças havidas na Instrução CVM 247 que trata dos investimentos em coligadas também não deve provocar qualquer efeito, uma vez que os investimentos mantidos pela Companhia são em empresas controladas que continuam a ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial.
- Revogação da possibilidade de registrar incentivos fiscais diretamente como reserva de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que os incentivos fiscais (ProUni) passarão a ser registrados no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, para reserva de lucros (artigo 195-A da Lei nº. 11.638). A reserva de capital, nas demonstrações financeiras

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

consolidadas, já é registrada no resultado do período (imposto de renda e contribuição social), conforme facultado pela CVM. Os valores não devem afetar a posição patrimonial e financeira quando vierem a ser registrados pela nova prática contábil.

- A Companhia já divulgava como informação suplementar a Demonstração dos Fluxos de Caixa, portanto, a mudança na Lei tornando-a obrigatória não provoca qualquer efeito em relação ao que a Companhia já vinha divulgando.

AVISO IMPORTANTE (INSTRUÇÃO 358 – CVM)

A Estácio Participações S.A. orienta seus acionistas quanto ao cumprimento dos termos do artigo 12 da Instrução da CVM 358, porém não se responsabiliza pela divulgação das informações sobre aquisição ou alienação, por terceiros, de participação que corresponda a 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas de seu capital ou de direitos sobre essas ações e demais valores mobiliários de sua emissão.

Somos uma companhia holding cujos únicos ativos são as participações societárias na SESES, STB, SESPA, SESCE, SESPE e IREP, detendo 99,99% do capital social de cada uma delas. Este relatório contém considerações futuras referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento da Estácio Participações. Essas considerações são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Companhia em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Estácio Participações. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela Companhia e estão, portanto, sujeitas às mudanças sem aviso prévio.

Considerando que a Empresa foi constituída em 31 de março de 2007, apresentamos somente para fins de comparação, as informações pro forma do primeiro trimestre de 2007, partindo-se da premissa que a constituição da Empresa houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2007. Adicionalmente, certas informações foram apresentadas ajustadas para refletir o pagamento de impostos na SESES, nossa maior subsidiária, a qual, a partir de fevereiro de 2007, com sua transformação em sociedade empresarial com fins lucrativos, passou a se sujeitar às regras de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas, ressalvadas as isenções decorrentes do Programa Universidade para Todos ("PROUNI"). Estas informações apresentadas para fins comparativos não devem ser tomadas por base para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

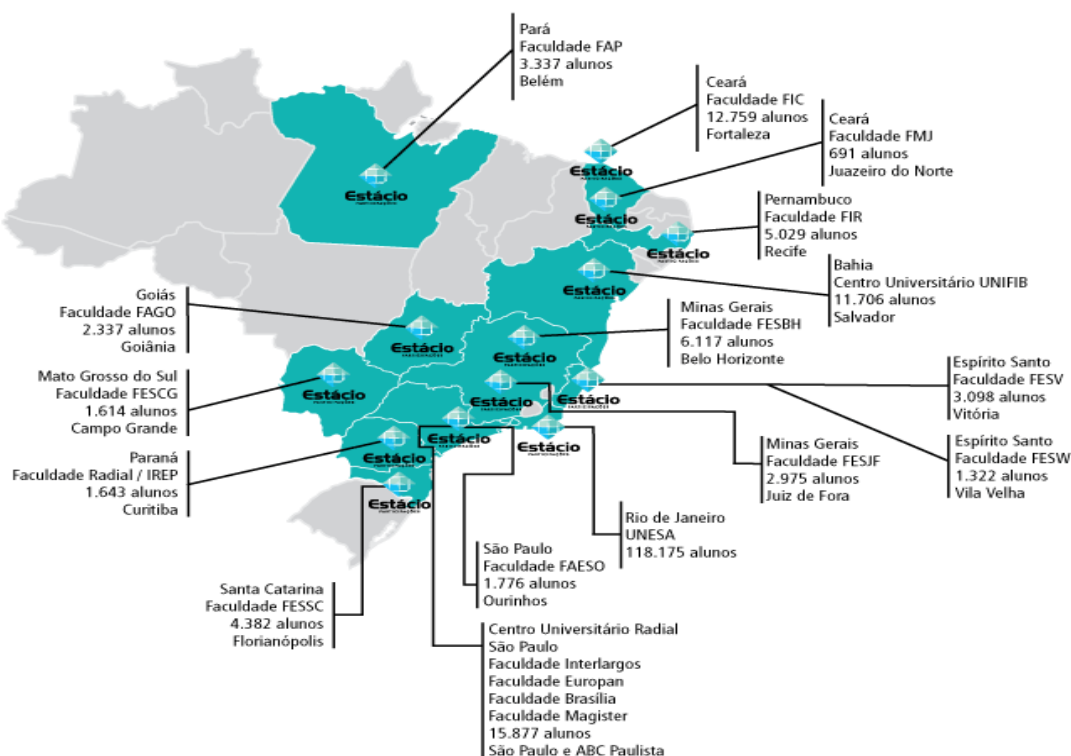
SOBRE A ESTÁCIO

Somos a maior organização privada do setor de ensino superior no Brasil em número de alunos matriculados, com presença nacional, em grandes cidades do país. Em fevereiro de 2007, nossa organização se tornou integralmente com fins lucrativos, com a transformação da SESES, nossa principal subsidiária, em uma sociedade empresária.

Possuímos alunos com perfil bastante diversificado, sendo, em sua maioria, jovens trabalhadores de média e média-baixa renda. Desde nossa constituição, há 38 anos, temos orientado nossa expansão principalmente via crescimento orgânico. Atribuímos grande parte de nosso crescimento e liderança de mercado à qualidade de nossos cursos, à localização estratégica de nossas unidades, aos preços competitivos que praticamos e à nossa situação financeira sólida.

Como pontos fortes podemos destacar que a nossa empresa oferece portfólio pioneiro, diversificado e flexível de cursos; qualidade do ensino, do corpo docente e das instalações físicas; liderança no mercado do Rio de Janeiro e ganhos de escala; tradição e qualidade comprovada; eficiência na gestão do processo regulatório; capacidade de oferecer programas de estágios e oportunidades de emprego aos nossos alunos e gestão sob um modelo de negócio "Asset Light", onde cerca de 90% de nossos campi são alugados através de parcerias imobiliárias.

Em 30 de junho de 2008 contávamos com 192.838 alunos de graduação matriculados em nossa rede de ensino de abrangência nacional, composta por uma Universidade (Rio de Janeiro), 2 Centros Universitários (Bahia e São Paulo) e 16 faculdades, que contam, em conjunto, com 68 campi, sendo 38 no estado do Rio de Janeiro e 30 campi em outros 11 estados brasileiros, conforme apresentado no mapa a seguir:



02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Balanco Patrimonial (R\$ milhões)			
Ativo	30/6/2007	31/3/2008	30/6/2008
Ativo Circulante	153,4	395,7	399,6
Disponibilidades	43,2	57,7	51,7
Investimentos de curto prazo	-	217,1	204,5
Contas a receber	85,1	89,8	104,1
Contas a compensar	2,8	2,3	4,6
Adiantamentos a funcionários / terceiros	4,1	2,6	4,4
Partes relacionadas	15,9	14,4	15,1
Despesas Antecipadas	-	5,4	4,7
Outros	2,4	6,5	10,6
Realizável a longo prazo	0,3	2,0	3,6
Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	0,6	-
Despesas Antecipadas	-	1,0	3,0
Depósitos judiciais	0,3	0,3	0,6
Permanente	156,6	249,3	251,7
Investimentos			
Ágio, líquido	-	68,1	70,0
Outros	0,2	0,2	0,2
Imobilizado	156,4	174,2	171,7
Diferido		6,7	9,8
Total do ativo	310,3	647,0	654,9

Passivo e Patrimônio Líquido			
	30/6/2007	30/6/2008	30/6/2008
Passivo Circulante	157,7	161,6	164,9
Empréstimos e financiamentos	1,9	1,1	0,3
Fornecedores	13,7	24,9	21,7
Salários e encargos sociais	101,3	74,8	93,8
Obrigações tributárias	11,0	12,5	14,1
Mensalidades recebidas antecipadamente	26,2	31,0	31,7
Parcelamento de tributos	1,0	0,3	0,3
Dividendos propostos	-	13,6	-
Compromissos a pagar	-	-	-
Outros	2,6	3,4	3,0
Exigível a longo prazo	13,3	18,6	20,4
Empréstimos e financiamentos	0,1	0,0	0,0
Provisão para contingências	13,0	15,5	17,3
Parcelamento de tributos	0,3	3,1	3,1
Resultado de exercícios futuros	13,0	28,6	27,9
Adiantamento de convênio	13,0	28,6	27,9
Patrimônio líquido	126,3	438,1	441,8
Capital social	27,1	295,2	295,2
Reservas de capital	97,8	96,5	96,5
Reservas de lucro	1,4	13,7	13,7
Lucros acumulados	-	32,7	36,4
Total do passivo e patrimônio líquido	310,3	647,0	654,9

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Demonstração de Resultados (R\$ milhões)	2T07	2T08	Var. %	1S07	1S08	Var. %
Receita bruta das atividades	314,6	351,0	11,6%	636,1	699,2	9,9%
Mensalidades	311,0	346,4	11,4%	627,1	688,7	9,8%
Outras	3,6	4,6	27,7%	9,0	10,5	17,0%
Deduções da receita bruta	(105,2)	(113,0)	7,4%	(208,6)	(223,6)	7,2%
Gratuidades - bolsas de estudo	(86,7)	(89,5)	3,2%	(173,5)	(177,8)	2,5%
Devolução de mensalidades e taxas	(0,7)	(0,8)	24,2%	(1,7)	(2,0)	14,0%
Descontos concedidos	(8,5)	(11,9)	40,9%	(16,6)	(22,7)	36,6%
Impostos	(9,3)	(10,8)	15,6%	(16,8)	(21,1)	26,6%
Receita líquida das atividades	209,4	238,0	13,7%	427,5	475,6	11,3%
Custos diretos dos serviços prestados¹	(136,0)	(152,9)	12,5%	(261,4)	(288,9)	10,5%
Lucro bruto	73,4	85,1	15,9%	166,1	186,7	12,4%
Comerciais, Gerais e Administrativas¹	(63,2)	(75,2)	18,9%	(116,1)	(142,2)	22,4%
Resultado Financeiro	0,5	5,8	-	2,9	14,3	382,0%
Depreciação e Amortização	(5,9)	(9,6)	63,1%	(11,3)	(18,3)	61,2%
Lucro operacional	4,8	6,1	26,3%	41,6	40,6	-2,3%
EBITDA Ajustado	10,6	13,2	24,6%	47,0	50,7	7,9%
Receitas (despesas) não-operacionais líquidas	(0,2)	(1,4)	574,1%	(2,8)	(1,1)	-61,3%
Lucro antes da CSLL e do IR	4,6	4,7	2,0%	38,8	39,5	2,0%
Contribuição social	(0,4)	(0,3)	-32,5%	(0,5)	(0,8)	61,5%
Imposto de renda	(1,1)	(0,8)	-31,4%	(1,4)	(2,3)	63,9%
Amortização de ágio de aquisição		2,4			4,2	
Receitas / Despesas Extraordinárias		3,2			2,2	
Ajustes impostos		-		(6,0)		
Lucro líquido ajustado	3,1	9,3	200,7%	30,8	42,8	39,0%

1) Exclui despesas de depreciação e amortização de ágio

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado (R\$ Mil)	2T07	2T08	1S07	1S08
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do período	1.397	3.668	35.145	36.402
Ajustes - lucro líquido para caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	5.911	7.220	11.335	14.109
Valor residual baixado do imobilizado	(215)	505	(133)	1.553
Provisão para perda - imobilizado			2.525	
Amortização de ágio		2.418		4.158
Outros	1.325		1.325	
Equivalência patrimonial				
Fluxo de caixa das atividades operacionais	8.418	13.811	50.197	56.222
Variações nos ativos e passivos:				
(Aumento) em contas a receber	(9.619)	(14.271)	(7.428)	(14.564)
(Aumento) em outros ativos	(803)	(9.750)	(2.345)	(10.089)
Aumento (redução) em fornecedores	(1.296)	(3.255)	(1.147)	4.450
Aumento (redução) em obrigações tributárias		1.658	6.156	1.336
Aumento em salários e encargos sociais	20.154	19.084	30.270	35.334
Aumento em menssalidades recebidas antecipadamente	(3.525)	667	343	697
Aumento (redução) em provisões para contingências	(1.109)	1.866	(2.256)	3.613
Aumento (redução) em outros passivos	113	(491)	(105)	2.786
Variações em transações com partes relacionadas:	(7.278)			
(Aumento) de contas a receber		(694)	(9.169)	(1.172)
Aumento (redução) em contas a pagar		-		(5.702)
(Aumento) no ativo não circulante		629		
Resultado de exercícios futuros		(720)	(1.589)	16.508
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) pelas atividades operacionais	5.055	8.534	62.927	89.419
Fluxo de caixa de atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras		12.593		1.866
Ágio na aquisição de participações acionárias		(4.308)		(20.759)
Imobilizado	(7.211)	(5.125)	(13.870)	(21.773)
Diferido		(3.165)		(6.321)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de investimento	(7.211)	(5)	(13.870)	(46.987)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Aquisição de empréstimos				1.013
Dividendos distribuídos		(13.658)	(4.091)	(13.658)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.511)	(857)	(7.293)	(910)
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	(1.511)	(14.515)	(11.384)	(13.555)
Aumento (redução) nas disponibilidades	(3.667)	(5.986)	37.673	28.877
No início do período	46.850	57.725	5.510	22.853
No final do período	43.183	51.739	43.183	51.730
Variação no saldo de disponibilidades	(3.667)	(5.986)	37.673	28.877

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)			
01	SOCIEDADE DE ENS. SUP. ESTÁCIO DE SÁ LTDA	34.075.739/0001-84	FECHADA CONTROLADA	100,00	61,81
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		12.113			12.113
02	SOCIEDADE DE ENS. SUPERIOR DO PARÁ LTDA	04.368.590/0001-60	FECHADA CONTROLADA	100,00	5,24
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		964			964
03	SOCIEDADE DE ENS. SUPERIOR DO CEARÁ LTDA	01.239.996/0001-55	FECHADA CONTROLADA	100,00	13,96
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		6.897			6.897
04	SOCIEDADE DE ENS. SUP. DE PERNAMBUCO LTDA	01.189.494/0001-67	FECHADA CONTROLADA	100,00	5,90
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		3.727			3.727
05	SOCIEDADE TECNOPOLITANA DA BAHIA LTDA	01.188.034/0001-14	FECHADA CONTROLADA	100,00	13,56
SEGURADORA		3.371			3.371
06	IREF SOCIEDADE DE ENS. SUP. MED. E FUN. LTDA	02.608.755/0001-07	FECHADA CONTROLADA	100,00	-0,67
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.958			1.958
07	FACULDADE RADIAL CURITIBA SOC. LTDA	05.590.490/0001-47	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,20
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		248			248

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

A tabela abaixo contém informações sobre a quantidade de ações de emissão da Companhia, detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, membros do Acordo de Acionistas, por Administradores da Companhia, além das ações que estão em circulação (Outros Acionistas).

Posição em 30 de junho de 2008						
Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador e pessoas ligadas	94.936.957	58,6%	34.175.995	46,3%	129.112.952	54,8%
Moena Participações S.A. (GP Investments) ¹	47.151.040	29,1%	-		47.151.040	20,0%
Administradores						
Conselho de Administração	1	0,0%	6	0,0%	7	0,0%
Diretoria	7.000	0,0%	14.000	0,0%	21.000	0,0%
Ações em Tesouraria	-		-		-	
Outros Acionistas	19.823.402	12,2%	39.646.799	53,7%	59.470.201	25,2%
Total de Ações	161.918.400	100,0%	73.836.800	100,0%	235.755.200	100,0%

1. Participante de Acordo de Acionistas com o Controlador, conforme Fato Relevante divulgado em 04/06/2008.

Em atendimento à Instrução CVM nº 358/2002, que dispõe sobre a necessidade de informar a posição acionária por espécie e classe de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do capital social da Companhia, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física, comunicamos que apenas o acionista controlador, Sr. João Uchôa Cavalcanti Netto, e pessoas ligadas, detêm ações de emissão da Companhia acima do nível de 5%, em 30/06/2008, como segue:

Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Uchôa Cavalcanti Netto	90.403.357	55,8%	32.608.795	44,2%	123.012.152	52,2%
Moena Participações S.A.	47.151.040	29,1%	0	0,0%	47.151.040	20,0%
Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.525.900	0,9%	551.800	0,7%	2.077.700	0,9%
André Cleófas Uchoa Cavalcanti	1.507.700	0,9%	515.400	0,7%	2.023.100	0,9%
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	1.500.000	0,9%	500.000	0,7%	2.000.000	0,8%
Administradores e Conselheiros ¹	7.001	0,0%	14.006	0,0%	21.007	0,0%
UBS Pactual Asset Management ²	1.845.920	1,1%	3.698.960	5,0%	5.544.880	2,4%
Outros	17.977.482	11,1%	35.947.839	48,7%	53.925.321	22,9%
Total de Ações da Empresa	161.918.400	100,0%	73.836.800	100,0%	235.755.200	100,0%

1. Os membros do CA, à exceção do Sr. Marcel Cavalcanti, possuem 01 ação ON e 06 ações PN.

2. Posição informada pelo investidor à Estácio e à CVM (1.846 mil units), cfe. Resolução CVM 358.

Cláusula Compromissória

Conforme Capítulo XI, artigo 45, de seu Estatuto Social, a Estácio Participações, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Nível 2 da Bovespa, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2 da Bovespa.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
Estácio Participações S.A.

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR, (individuais e consolidadas) da Estácio Participações S.A., referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, o relatório do desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469.

02101-6 ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA

08.807.432/0001-10

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

4. Conforme divulgado na Nota 6, em 4 de junho de 2008, a Companhia assinou contrato de prestação de serviços com empresa pertencente a acionistas no valor total de R\$14 milhões, pelo período de quatro anos, o qual será realizado nas condições descritas na referida nota explicativa as Informações Trimestrais. O contrato, dada a sua natureza, é único e exclusivo.
5. Conforme mencionado na nota explicativa 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº. 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM nº 469/08, facultou a não-aplicação de todas as disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais (ITR). Assim, as informações contábeis contidas nas ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2008, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07. As informações referentes aos períodos anteriores, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis introduzidas em 2008.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2008.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O – 6 – F - RJ

Fernando Alberto S. de Magalhães
Contador CRC-1SP 133.169/O-0-S – RJ

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTACIO PARTICIPAÇÕES SA	08.807.432/0001-10

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	8
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	53
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	54
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	55
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	56
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	58
09	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	83
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	84
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	86
		SOCIEDADE DE ENS. SUP. ESTÁCIO DE SÁ LTDA	
		SOCIEDADE DE ENS. SUPERIOR DO PARÁ LTDA	
		SOCIEDADE DE ENS. SUPERIOR DO CEARÁ LTDA	
		SOCIEDADE DE ENS. SUP. DE PERNAMBUCO LTDA	
		SOCIEDADE TECNOPOLITANA DA BAHIA LTDA	
		IREP SOCIEDADE DE ENS. SUP. MED. E FUN. LTDA	
		FACULDADE RADIAL CURITIBA SOC. LTDA	/87